



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

Caderno de Questões

Direito Penal Esquematizado

Parte Geral

-

2ª Edição

Cleber Masson



CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

QUESTÕES

- 1. (Juiz de Direito – TJ/SP – 180.º) Um profissional faz numa pessoa furo na orelha, ou coloca um *piercing* em parte de seu corpo, ou, ainda, faz-lhe uma tatuagem. Tais práticas, em tese, caracterizam lesão corporal, mas não são puníveis. Assinale a alternativa correta pela qual assim são consideradas.**
 - (A) Por força do princípio da insignificância.
 - (B) Pelo princípio da disponibilidade do direito à integridade física.
 - (C) Pelo princípio da adequação social.
 - (D) Por razão de política criminal.
- 2. (Procurador do Estado/PR – 2007) Assinale a alternativa incorreta:**
 - (A) Os princípios de Direito Penal garantem que a interpretação dos casos penais, em quaisquer circunstâncias, deva ser realizada sob a égide de um sistema penal legalista, ou seja, vinculado ao formalismo legal, a um juízo de subsunção do fato à letra da lei.
 - (B) O princípio da legalidade tem como um de seus corolários a reserva legal (art. 1.º do Código Penal), de modo que as condutas criminosas somente podem ser definidas através de norma legal federal.
 - (C) A corrente neo-retribucionista em Direito Penal tem influenciado a política criminal, segundo a qual a efetiva aplicação e execução das penas garantem a função preventiva geral positiva, bem como tem inspirado o movimento chamado de *law in order*.
 - (D) O princípio da intervenção mínima em Direito Penal tem dois importantes corolários: a fragmentariedade e a subsidiariedade. O primeiro preconiza que somente os bens jurídicos mais relevantes merecem tutela penal, bem como apenas os ataques mais intoleráveis a estes merecem disciplina penal, enquanto o segundo prescreve que a intervenção penal só tem legitimidade quando outros ramos do Direito não oferecem solução satisfatória aos conflitos.
 - (E) O princípio jurídico-penal da tipicidade garante a proibição da aplicação da analogia *in malam partem* em Direito Penal.
- 3. (Procurador do Estado/PR – 2007) Sobre a tipicidade, atributo do conceito analítico de crime, é incorreto considerar:**
 - (A) Sua compreensão moderna abrange uma dimensão formal (subsunção do fato à norma) e outra material (relacionada à qualidade da ofensa ao bem jurídico tutelado), de modo que a conduta praticada, por exemplo, em legítima defesa é materialmente atípica e, portanto, não criminosa.
 - (B) A consideração da imputação objetiva da conduta e do resultado (teoria da confiança, permissibilidade do risco, qualidade do resultado e papel social) é importante para a compreensão de uma conduta, independentemente do dolo do sujeito, ser ou não penalmente típica.
 - (C) Os tipos omissivos próprios não podem ser realizados na modalidade tentada.
 - (D) Os tipos compostos ou plurinucleares são regidos pelo princípio da alternatividade a fim de ser solucionada situação de conflito aparente entre normas penais.
 - (E) O contrabando de uma mercadoria, cujo imposto a pagar era de valor insignificante, descaracteriza a censura da conduta, sem, no entanto, afastar a tipicidade penal definida no art. 334 do Código Penal.
- 4. (23.º Procurador da República – MPF) O princípio da insignificância tem sido aceito pela doutrina e**



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

por algumas decisões judiciais como:

- (A) causa supralegal de exclusão da criminalidade;
 - (B) causa de reduao qualitativa e material da ilicitude;
 - (C) causa de exclusão de tipicidade;
 - (D) circunstância desprovida de relevância para a aplicaçao da lei penal.
5. (II Defensor Público/SP) A corrente pós-positivista empresta caráter normativo aos princípios constitucionais penais. Estas normas, portanto, deixam de ser informadoras e assumem a natureza de direito positivo, possibilitando ao defensor público este manejo. Encontram-se na Constituiao Federal os seguintes princípios constitucionais penais:
- (A) legalidade dos delitos e das penas, culpabilidade, proporcionalidade, individualizaao da pena e da execuao e personalidade da pena.
 - (B) legalidade dos delitos e das penas, proporcionalidade, individualizaao e presunao de inocencia.
 - (C) anterioridade e irretroatividade da lei, individualizaao da pena e da execuao, proporcionalidade e personalidade da pena.
 - (D) reserva legal, culpabilidade, imprescritibilidade, individualizaao e personalidade da pena.
 - (E) legalidade dos delitos e das penas, individualizaao da pena e da execuçao e personalidade da pena.
6. (21. Procurador da República – MPF) O princípio da insignificância:
- (A) so e admissível para crimes de menor potencial ofensivo;
 - (B) diz respeito  irrelevante lesão do bem jurídico mesmo que o crime seja de médio potencial ofensivo;
 - (C) orienta-nos a aferir a conduta em relaao  importância do bem juridicamente atingido;
 - (D) diz respeito aos comportamentos aceitos no meio social.

CAPÍTULO 7 – LEI PENAL

QUESTÕES

1. (Juiz Federal – TRF/3. Região – 2003) Frente ao princípio da extraterritorialidade penal pode-se afirmar que a aplicaçao da lei penal:
- (A) não se estende fora do território nacional.
 - (B) estende-se quanto  propriedade privada de brasileiro quando a sua embarcaao esteja atracada no exterior.
 - (C) estende-se quanto a brasileiro vítima de tortura.
 - (D) não se estende sendo a tortura tambem punível no exterior.
2. (21. Procurador da República/MPF) Dentre as proposioes abaixo, assinale a correta:
- (A) tipo penal aberto e espécie de lei penal em branco.
 - (B) fica sujeito  lei brasileira o crime de tortura contra brasileiro, embora cometido no estrangeiro.
 - (C) a lei penal, salvo disposiao expressa em contrário, entra em vigor na data de sua publicaao.
 - (D) normas previstas em tratado não podem prevalecer sobre regras estabelecidas para extradiao na Lei n. 6.815/80.
3. (Procurador do Município/SP – 2004) Em relaao  aplicaçao da lei penal no espaço, e INCORRETO afirmar que:
- (A) um dos princípios que regem a matéria e o da territorialidade. Este princípio e absoluto e não admite exceoes.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (B) é possível a aplicação da lei penal pátria a crime cometido fora do território nacional.
- (C) é possível a aplicação da lei penal pátria a crime cometido por estrangeiro contra brasileiro.
- (D) um dos princípios que regem a matéria é o da justiça universal. Regula as situações em que a punição é de interesse da humanidade.
- (E) o brasileiro que comete um crime no exterior e se refugia no Brasil não poderá ser extraditado.

4. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região/SP-MS) Considere os enunciados seguintes e assinale a alternativa correta:

- I – Em relação ao concurso de pessoas nosso Código Penal adotou a “teoria monista” segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma infração cometem crime único, embora distinguindo entre autores e partícipes (teoria “restritiva” da autoria); se, no curso da ação criminosa, o partícipe prevê e aceita a ocorrência de um resultado mais gravoso, também responde por ele. A concorrência de menor importância capaz de reduzir a reprimenda estende-se ao co-autor e ao partícipe;
 - II – Com relação ao lugar do crime – matéria relevante apenas para os chamados “crimes a distância” – nossa lei penal adotou a teoria da ubiqüidade (ou da unidade) segundo a qual o lugar do delito é aquele em que o agente desenvolveu qualquer ato executório ou onde se consumou ou devia consumir-se a infração. É irrelevante a intenção do agente;
 - III – Não há que se falar em tentativa nos crimes culposos, nos crimes unissubsistentes e nos crimes habituais, mas pode haver nos crimes complexos. Na tentativa a redução da pena deve ser tanto menor quanto mais o agente tenha se aproximado da consumação;
 - IV – É possível a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, como faculdade judicial. Para que isso se dê, a pena aplicada deve ser inferior a 4 anos, o crime não pode ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou deve tratar-se de crime culposo. O agente deve ter a seu favor requisitos subjetivos indicados na lei que demonstrem a suficiência da substituição, mas a reincidência sempre impede o benefício;
 - V – A relevância da menoridade de 21 anos como atenuante genérica subjetiva é de tal importância que permite ao juiz aplicar a pena privativa de liberdade aquém do mínimo legal. Além disso, prepondera sobre qualquer circunstância, inclusive a reincidência.
- (A) Somente o enunciado II é inteiramente correto;
 - (B) Somente os enunciados I, IV e V são inteiramente corretos;
 - (C) Somente os enunciados II e III são inteiramente corretos;
 - (D) Nenhum dos enunciados é inteiramente correto.

5. (Delegado de Polícia/ES – 2006) Acerca das leis penais especiais, julgue o seguinte item:

O delito de tráfico ilícito de entorpecentes refere-se a norma penal em branco estando seu complemento contido em norma de outra instância legislativa. Nos crimes tipificados na lei antitóxicos, a complementação está expressa em Portaria do Ministério da Saúde.

6. (Defensor Público da União – 2004) No item a seguir, é apresentada uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada.

Petrônio, não tendo pago o IPVA de 2004, falsificou o certificado de licenciamento de seu veículo e utilizou o documento falsificado em diversas ocasiões. Nessa situação, há amparo na jurisprudência do STJ para se afirmar que Petrônio cometeu somente o crime de falsificação de documento, sendo o uso da documentação absorvido, de acordo com o princípio da consunção.

7. (Procurador do Estado/SP – 2005) O antefato e o pós-fato impuníveis são desdobramentos do princípio da:

- (A) ofensividade.
- (B) consunção.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (C) especialidade.
(D) conexão.
(E) taxatividade.
8. (24.º Ministério Público da União – MPDFT) O CP, em seu art. 121, § 3.º, tipificou o homicídio culposo, todavia a Lei n.º 9.503/1997, em seu art. 302, tipificou a conduta de quem causa homicídio culposo na direção de veículo automotor, inclusive fixando pena mais grave. Considerando os princípios existentes para a solução do conflito aparente de normas, para encontrar a norma aplicável ao condutor que causasse um homicídio culposo de trânsito no dia de hoje poderia ser utilizado o princípio da:
- (A) alternatividade.
(B) consunção ou absorção.
(C) subsidiariedade.
(D) especialidade.
9. (Delegado de Polícia/SP – 2008) Com relação ao tempo do crime, o Código Penal brasileiro adotou a teoria da:
- (A) relatividade.
(B) consumação.
(C) atividade.
(D) ubiqüidade.
(E) habitualidade.
10. (24.º Ministério Público da União – MPDFT) No que concerne à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção incorreta.
- (A) A *abolitio criminis* faz cessar a execução da sentença condenatória e todos os efeitos penais decorrentes dessa decisão.
(B) A *abolitio criminis* faz cessar a obrigação de indenizar o dano causado pelo crime, a qual decorre da sentença penal condenatória.
(C) A lei penal mais benigna possui retroatividade e ultratividade.
(D) A lei excepcional, cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se a fato praticado durante sua vigência.
11. (43.º Promotor de Justiça MP/MG) A respeito da lei penal no tempo, marque a opção FALSA.
- (A) A denominada lei penal intermediária, sendo a mais benéfica, retroagirá em relação à lei anterior (do tempo do fato) e será, ao mesmo tempo, ultrativa em relação à lei posterior (que a sucedeu antes do esgotamento dos efeitos jurídico-penais do acontecimento delitivo).
(B) A lei posterior, que deixa de considerar como crime uma determinada conduta, retroage para alcançar os fatos anteriores à sua vigência, ainda que definitivamente julgados.
(C) As leis excepcionais ou temporárias são ultrativas, ou seja, têm eficácia mesmo depois de cessada sua vigência, regulando os fatos praticados durante seu tempo de duração.
(D) Em decorrência do princípio da legalidade, a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o agente.
(E) Em virtude da *abolitio criminis* cessam a execução e os efeitos principais da sentença condenatória, como a imposição de pena, permanecendo os efeitos secundários, como a reincidência e a menção do nome do réu no rol dos culpados.
12. (83.º Promotor de Justiça MP/SP) Dados os enunciados:
- I – O princípio da legalidade, previsto no art. 1.º do Código Penal, tem como fundamento o princípio



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

nullum crimen, nulla poena sine praevia lege.

- II – A lei penal, ao entrar em conflito com lei penal anterior, pode apresentar as seguintes situações: *novatio legis incriminadora, abolitio criminis, novatio legis in pejus e novatio legis in mellius.*
- III – O Código Penal brasileiro, no que diz respeito ao tempo do crime, adotou a teoria da atividade, pelo que se considera a imputabilidade do agente no momento em que o crime  cometido, sendo irrelevante, para tanto, o momento da produção do resultado.
- IV – No tocante ao lugar do crime, o Código Penal brasileiro adotou a chamada teoria mista, que leva em conta tanto o local onde ocorreu a conduta quanto o local onde se deu o resultado.
- V – Em relação  lei penal no espao, a legislação penal brasileira adotou o chamado princípio da territorialidade temperada, pelo qual a lei penal brasileira , em regra, aplicada aos crimes praticados no território nacional, tendo como exceções as convenções, tratados e regras de direito internacional.

São verdadeiros

- (A) I, II, III, IV e V.
(B) somente I e II.
(C) somente I e V.
(D) somente II e IV.
(E) somente I, II e III.

13. (Juiz de Direito – TJ/RS – 2003) Assinale a assertiva correta.

- (A)  punível a conduta do agente quando lícita a ação por ocasio de sua realização e ilícita quando do resultado.
- (B)  punível a conduta do agente quando ilícita a ação por ocasio de sua realização e lícita quando do resultado.
- (C)  punível, com base na lei em vigor quando da libertação da vítima, a conduta do seqüestrador, ainda que menos rigorosa a lei em vigor quando iniciada a prática do crime.
- (D)  isento de pena o agente que pratica o fato em legítima defesa.
- (E)  lícita a conduta do agente que pratica o fato acometido de doença mental que lhe retira completamente a capacidade intelectual.

14. (Juiz Federal – 5. Região – 2007) Cada um dos itens seguintes apresenta uma situação hipotética acerca de crimes de furto e de tráfico ilícito de entorpecente, seguida de uma assertiva a ser julgada  luz da parte geral do direito penal.

Ernani foi condenado pela prática do delito de uso de entorpecente, ainda sob a égide da Lei n. 6.368/1976, antiga Lei de Tóxicos. Após o cumprimento de metade da pena  qual fora condenado, superveio a Lei n. 11.343/2006. Nessa situação, a lei nova não se aplica ao fato praticado por Ernani, visto que ela contm expressa disposição nesse sentido.

15. (Procurador Federal/AGU – 2007) Acerca da parte geral do direito penal, julgue os itens seguintes.

Em caso de *abolitio criminis*, a reincidência subsiste, como efeito secundário da infração penal.

16. (Delegado de Polícia/MG – 2007) Sobre a lei penal,  CORRETO afirmar que:

- (A) So espécies de extra-atividade da lei penal a retroatividade *in malam partem* e a ultra-atividade.
- (B) A lei temporária  exceção ao princípio da irretroatividade da lei penal, sendo ela ultra-ativa.
- (C) A *abolitio criminis* equivale  extinção da punibilidade dos fatos praticados anteriormente  edição da nova lei e faz cessar todos os efeitos penais e civis da sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Em matéria de prescrição, assim como para determinação do tempo do crime, a teoria adotada pelo Código Penal  a da atividade.

17. (Advogado/CEF – 2006) Considerando o posicionamento doutrinário e jurisprudencial dominante, julgue os itens subseqüentes, relativos à parte geral do Código Penal.

No que diz respeito à eficácia temporal da lei penal, o término da vigência das leis denominadas temporárias e excepcionais não depende de revogação por lei posterior. Consumado o lapso da lei temporária ou cessadas as circunstâncias determinadoras das excepcionais, cessa, então, a vigência dessas leis.

18. (Defensoria Pública/SE – 2006) Em consonância com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, julgue os itens subseqüentes.

A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente configura a *abolitio criminis*, que, de regra, somente não é aplicável aos fatos anteriores definitivamente decididos por sentença transitada em julgado.

19. (Delegado de Polícia/SP – 2001) No que concerne ao tempo do crime, nosso Código Penal adotou a teoria:

- (A) do resultado;
- (B) da ubiqüidade;
- (C) mista;
- (D) da atividade.

20. (24.º Procurador da República/MPF) No tema de aplicação da lei penal no tempo:

- (A) havendo sucessão de leis penais no tempo é aplicável a lei intermediária se ela for a mais favorável;
- (B) O Código Penal prevê a combinação de leis sucessivas sempre que a fusão possa beneficiar o réu;
- (C) O Código Penal veda a *lex tertia*;
- (D) Verifica-se a maior favorabilidade da lei, no exame da norma em abstrato.

21. (22.º Procurador da República/MPF) Conforme o princípio *tempus regit actum*, a lei penal aplica-se às condutas ocorridas durante sua vigência. Todavia, para solucionar as questões advindas da sucessão de leis penais, há princípios de direito intertemporal. Assim:

- I. a regra da irretroatividade vale apenas em relação à nova lei mais gravosa;
- II. para aplicar a lei mais favorável ao réu definitivamente condenado, deve-se esperar o término do respectivo período de *vacatio legis*;
- III. por serem dotadas de ultra-atividade, as leis excepcionais e temporárias aplicam-se a quaisquer delitos, desde que seus resultados tenham ocorrido durante sua vigência;
- IV. a *abolitio criminis* alcança até os fatos definitivamente julgados.

Analisando as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- (A) todas estão corretas;
- (B) estão erradas as de números I e II;
- (C) estão erradas as de números II e III;
- (D) estão erradas as de números I e IV.

22. (130.º OAB/SP) Em relação ao lugar do crime, o Código Penal vigente adotou a teoria:

- (A) da atividade.
- (B) do resultado.
- (C) da ubiqüidade.
- (D) do assentimento.

23. (130.º OAB/SP) Quanto à aplicação da lei penal no espaço, aponte a alternativa incorreta.

- (A) O Código Penal adotou, como regra, o princípio da territorialidade.
- (B) Na aplicação do princípio da territorialidade, território jurídico compreende todo o espaço em que o Estado exerce a sua soberania.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (C) Conforme o art. 7.º, I, *a*, do Código Penal, ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, os crimes contra a honra do Presidente da República Federativa do Brasil.
- (D) A pena cumprida no estrangeiro atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime, quando diversas.

24. (129.º OAB/SP) Segundo a teoria da atividade, considera-se tempo do crime

- (A) o momento da conduta.
- (B) o momento da consumação do crime.
- (C) o momento em que se realiza o efeito da ação ou omissão.
- (D) o momento da conduta ou o momento do resultado.

25. (126.º OAB/SP) São princípios que regem a aplicação da lei penal no espaço:

- (A) da territorialidade, da defesa, da justiça universal, da nacionalidade e da continuidade.
- (B) da territorialidade, da defesa, da representação, da justiça universal e da nacionalidade.
- (C) da defesa, da justiça universal, da nacionalidade, da representação e da continuidade.
- (D) da territorialidade, da defesa, da justiça universal, do espaço mínimo e da continuidade.

26. (125.º OAB/SP) A fonte formal direta no Direito Penal

- (A) pode ser a lei e a equidade, esta somente no tocante à fixação da pena.
- (B) pode ser a lei, os costumes e os princípios gerais do direito.
- (C) pode ser a lei e a analogia *in bonam partem*.
- (D) é somente a lei.

27. (124.º OAB/SP) O Código Penal adotou

- (A) a teoria do resultado, em relação ao tempo do crime, e a teoria da ubiqüidade, em relação ao lugar do crime.
- (B) a teoria da atividade, em relação ao tempo do crime, e a teoria da ubiqüidade, em relação ao lugar do crime.
- (C) a teoria da atividade, em relação ao tempo do crime, e a teoria do resultado, em relação ao lugar do crime.
- (D) a teoria do resultado, em relação ao tempo do crime, e a teoria da atividade, em relação ao lugar do crime.

28. (Juiz de Direito – TJ/SP – 178.º) A Lei n.º 10.826/2003 (Sistema Nacional de Armas), que revogou a Lei n.º 9.437/97, mesmo prevendo o crime de porte ilícito de arma, não contemplou a hipótese prevista no art. 10, § 3.º, IV, da lei revogada (que tratava do mesmo delito e estabelecia penas mais severas de 2 a 4 anos de reclusão e multa para o réu que possuísse condenação anterior por crime contra a pessoa, contra o patrimônio e por tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins). É correto afirmar, então, no caso de réu já condenado definitivamente como incurso no preceito revogado,

- (A) a irretroatividade do novo ordenamento penal, considerando que, em geral, a lei rege os fatos praticados durante a sua vigência (*tempus regit actum*).
- (B) a retroatividade da nova lei, mais favorável, para desqualificar circunstância específica mais gravosa, anterior a sua vigência, com a adequação da sanção imposta, na via própria.
- (C) a retroatividade da nova lei, sem a possibilidade, contudo, de ela gerar efeitos concretos na atenuação da pena, tendo em conta a decisão condenatória transitada em julgado.
- (D) tratar-se de caso de ultratividade da lei, porque o fato punível e a circunstância mais gravosa ocorreram e foram considerados na vigência da lei revogada.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

29. (Juiz de Direito – TJ/SP – 178.º) JOSÉ foi vítima de um crime de extorsão mediante seqüestro (art. 159, do C. Penal), de autoria de CLÓVIS. O Código Penal, em seu art. 4.º, com vistas à aplicação da lei penal, considera praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado. No curso do crime em questão, antes da liberação involuntária do ofendido, foi promulgada e entrou em vigor lei nova, agravando as penas. Assinale a opção correta.
- (A) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, frente ao princípio geral da irretroatividade da lei.
 - (B) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, em obediência à teoria da atividade.
 - (C) A lei nova, mais severa, é aplicável ao fato, porque sua vigência é anterior à cessação da permanência.
 - (D) A lei nova, mais severa, não se aplica ao fato, porque o nosso ordenamento penal considera como tempo do crime, com vistas à aplicação da lei penal, o momento da ação ou omissão e o momento do resultado, aplicando-se a sanção da lei anterior, por ser mais branda.

CAPÍTULO 8 – TEORIA GERAL DO CRIME

QUESTÕES

1. (II Defensoria Pública/SP – 2007) A diferença entre crime e contravenção penal está estabelecida
- (A) pelo Código Penal.
 - (B) pela Lei de Contravenções Penais.
 - (C) pela Lei n.º 9.099/95 (Juizados Especiais).
 - (D) pela Lei de Introdução ao Código Penal.
 - (E) pela Constituição Federal.

CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES

QUESTÕES

1. (84.º Promotor de Justiça – MP/SP – 2005) Aponte a única alternativa na qual todas as quatro classificações são apropriadas ao delito definido no art. 269, do CP – *Deixar o médico de denunciar à autoridade pública doença cuja notificação é compulsória*.
- (A) Crime omissivo impróprio, norma penal em branco, crime de perigo e crime que admite tentativa.
 - (B) Crime omissivo puro, crime que não admite tentativa, crime de consumação antecipada, crime de ação múltipla.
 - (C) Crime omissivo puro, crime próprio, norma penal em branco e crime de mera conduta.
 - (D) Crime próprio, crime formal, crime de ação única e crime comissivo por omissão.
 - (E) Crime que não admite nenhuma forma de concurso de pessoas, crime que não admite tentativa, crime permanente e crime formal.
2. (Juiz de Direito – TJ/SP – 179.º) Assinale a alternativa incorreta:
- (A) Crimes materiais descrevem a conduta e o resultado naturalístico exigido.
 - (B) Crimes formais descrevem a conduta do agente e o resultado, que não é exigido para a consumação do tipo penal.
 - (C) Crimes de mera conduta são aqueles sem resultado naturalístico, mas com resultado jurídico.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (D) Crimes de mera conduta são de consumação antecipada.
- 3. (Juiz de Direito – TJ/SP – 179.º) Assinale a alternativa incorreta.**
- (A) Crime progressivo e progressão criminosa são a mesma coisa.
 - (B) No crime progressivo, o agente, para alcançar um resultado mais grave, passa por outro menos grave, havendo continência de condutas.
 - (C) O crime progressivo é espécie do gênero crime complexo *lato sensu*.
 - (D) A progressão criminosa *stricto sensu* se realiza quando o crime progressivo se desvincula na sua realização no tempo, ocorrendo delitos em seqüência.
- 4. (Juiz Federal – 3.ª Região SP-MS – 2006) Com relação ao crime do art. 288 do Código Penal (quadrilha ou bando) assinale a alternativa que seja incorreta:**
- (A) É inadmissível a mera tentativa, pois a infração se aperfeiçoa no momento associativo, no instante mesmo em que convergem as vontades de mais de três pessoas para cometer indeterminados crimes;
 - (B) Sendo infrações que atingem objetividades jurídicas diversas, não há *bis in idem* no reconhecimento de concurso entre o delito de quadrilha ou bando e o crime patrimonial qualificado pela prática em concurso de agentes;
 - (C) A pena deve ser aplicada em dobro sempre que a quadrilha ou bando for armado; cabe essa exasperação ainda que se trate de instrumento extraordinariamente empregado como arma, ou que um único quadrilheiro esteja armado com anuência dos demais;
 - (D) Tratando-se de crime formal e plurissubjetivo que exige a participação de pelo menos quatro agentes, haverá atipicidade se um ou alguns forem inimputáveis, tiverem extinta a punibilidade ou não puderem ser adequadamente identificados.
- 5. (Juiz de Direito – TJ/SP – 180.º): Assinale a alternativa correta:**
- (A) O peculato-furto pode ser praticado em co-autoria com pessoa que não seja funcionário público;
 - (B) O crime plurissubjetivo compatibiliza-se com a norma prevista no art. 29 do Código Penal;
 - (C) Ao crime tentado pode corresponder a pena do crime consumado;
 - (D) Crime plurissubjetivo e crime de participação necessária são idênticos.
- 6. (135.º OAB/SP): Assinale a opção correta quanto às formas de exteriorização da conduta típica.**
- (A) O crime de seqüestro exige uma conduta omissiva.
 - (B) O crime de omissão de socorro é classificado como omissivo impróprio.
 - (C) A apropriação de coisa achada é delito de conduta omissiva e comissiva ao mesmo tempo.
 - (D) A apropriação indébita previdenciária é crime de conduta comissiva, apenas.
- 7. (132.º OAB/SP): O art. 306 da Lei n.º 9.503/97 dispõe ser crime “conduzir veículo automotor, na via pública, sob a influência de álcool ou substância de efeitos análogos, expondo a dano potencial a incolumidade de outrem”. Trata-se de crime de**
- (A) dano.
 - (B) perigo abstrato.
 - (C) menor potencial ofensivo.
 - (D) perigo concreto.
- 8. (129.º OAB/SP): Se alguém causa a morte de outrem porque, tendo o dever jurídico de agir para impedir o resultado, omitiu-se, comete crime**
- (A) omissivo próprio.
 - (B) omissivo puro.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (C) comissivo próprio.
(D) comissivo por omissão.
9. **(127.º OAB/SP): Considere o seguinte crime: “Art. 205. Exercer atividade, de que está impedido por decisão administrativa”.**
(A) Trata-se de crime de mera conduta.
(B) Trata-se de crime de forma vinculada.
(C) Não se trata de crime próprio.
(D) Não é crime comissivo.
10. **(125.º OAB/SP): Em relação à classificação dos crimes, assinale a alternativa correta.**
(A) Há crime habitual quando a pessoa comete sempre o mesmo tipo de crime ou crime da mesma natureza.
(B) O crime profissional é aquele praticado por quem faz do crime verdadeira profissão.
(C) O crime exaurido é aquele em que o agente, após ter realizado o crime, o leva a consequências mais lesivas.
(D) Há crime vago quando a sua definição jurídica é incerta, ou, em outras palavras, quando o tipo é aberto.
11. **(124.º OAB/SP): O crime suscetível de ser praticado por qualquer pessoa que não pode se valer, para praticá-lo, de outra pessoa, é denominado pela doutrina de**
(A) crime unissubsistente.
(B) crime próprio.
(C) crime de mera conduta.
(D) crime de mão própria.

CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO

QUESTÕES

1. **(Delegado de Polícia/SP – 2008): Policial, ao cumprir regularmente um mandado de prisão, privando a liberdade do condenado, pratica, à luz da teoria da tipicidade conglobante, uma conduta**
(A) antinormativa, mas não típica legalmente
(B) tipicamente antijurídica
(C) atípica legalmente
(D) penalmente conglobada
(E) não típica penalmente
2. **(Defensor Público da União – 2004): Acerca do fato típico, julgue os itens a seguir.**
Pela teoria da tipicidade conglobante, a realização de cirurgia curativa não pode ser considerada fato típico, uma vez que a conduta é fomentada pelo ordenamento jurídico. Há, portanto, exclusão da própria tipicidade, sendo afastada a aplicação da excludente de ilicitude representada pelo exercício regular de direito.
3. **(Juiz Federal/TRF 5.ª Região – 2007): À luz da teoria da imputação objetiva, julgue os itens**



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

subseqüentes.

A teoria da imputação objetiva tem aplicação nos crimes de mera conduta, formais e materiais.

Considere a seguinte situação hipotética. Fábio, vendo um carro em alta velocidade vindo em direção a Carlos, empurrou este, para evitar o atropelamento. Em virtude da queda sofrida em decorrência do empurrão, Carlos sofreu lesões corporais, ficando com a perna quebrada. Nessa situação, a conduta de Fábio é atípica, pois destinada a reduzir a probabilidade de uma lesão maior, consistindo, assim, em uma ação dirigida à diminuição do risco.

4. **(Delegado de Polícia/SP – 2008): Professor que, falando ao telefone, assiste impassível ao afogamento de seu instruendo adolescente, durante sessão prática de natação, comete crime**
- (A) omissivo impróprio.
(B) omissivo próprio.
(C) omissivo por comissão.
(D) comissivo impróprio.
(E) comissivo próprio.
5. **(5.º Promotor de Justiça MP/AP): Joaquim atropela Raimundo que veio a falecer em decorrência da ingestão de veneno, tomado pouco antes de ser atropelado. Do enunciado é certo aduzir:**
- (A) Joaquim deve ser punido por crime de homicídio culposo.
(B) Há a exclusão da causalidade decorrente da conduta – causa absolutamente independente –, mas responderá pela lesão corporal sofrida pelo Raimundo.
(C) Independente do resultado aplica-se a teoria do evento mais gravoso.
(D) É o genuíno caso do crime preterdoloso.
6. **(44.º Promotor de Justiça MP/MG): Pedro e João, irmãos, nadavam em um lago, momento em que o primeiro começa a se afogar. João, no entanto, permanece inerte, eximindo-se de qualquer intervenção. Pedro, afinal, vem a falecer. A responsabilidade de João será:**
- (A) Por crime de homicídio doloso, aplicando-se as regras da omissão imprópria.
(B) Por crime de homicídio culposo, aplicando-se as regras da omissão imprópria.
(C) Pelo crime de perigo, tipificado no art. 132 do Código Penal (perigo para a vida ou saúde de outrem).
(D) Por crime de omissão de socorro.
(E) Por crime de abandono de incapaz.
7. **(44.º Promotor de Justiça MP/MG): Um guarda ferroviário encontra, por volta das 23 horas, um bêbado desacordado sobre os trilhos. Como o próximo trem só passaria por ali às 6 horas da manhã do dia seguinte, optou por lá deixá-lo, até por volta das 4 ou 5 horas, momento em que o retiraria, antes, portanto, do trem passar. A omissão do guarda:**
- (A) Determinará sua responsabilidade por tentativa de crime omissivo impróprio, face a sua posição de garantidor.
(B) Determinará sua responsabilidade por tentativa de crime omissivo próprio.
(C) Determinará sua responsabilidade por crime de perigo.
(D) Responderá por crime de omissão de socorro.
(E) Sua conduta é penalmente irrelevante.
8. **(83.º Promotor de Justiça MP/SP): Nas causas supervenientes relativamente independentes em relação à conduta do sujeito, o resultado**
- (A) não é imputável, respondendo o agente pelos atos praticados.

- (B) é imputável ao agente.
- (C) não é imputável, pois há exclusão do nexos de causalidade.
- (D) é imputável, havendo, porém, diminuição da pena.
- (E) só é imputável ao agente quando se tratar de homicídio doloso.

9. (179.º Juiz de Direito – TJ/SP): Assinale a alternativa incorreta.

- (A) O Código Penal brasileiro adotou a teoria monística da equivalência dos antecedentes no nexos de causalidade, abrandada pela culpabilidade de cada agente.
- (B) Na co-autoria, os agentes realizam a conduta tipificada como ilícito penal.
- (C) Crimes plurissubjetivos são aqueles que exigem o concurso de mais de uma pessoa, sendo que nem sempre todas são punidas.
- (D) Crimes monossubjetivos são aqueles que têm sempre uma vítima.

10. (Procurador Federal/AGU – 2007): Acerca da parte geral do direito penal, julgue os itens seguintes.

Segundo a teoria da causalidade adequada, adotada pelo Código Penal, o resultado, de que depende a existência do crime, somente é imputável a quem lhe deu causa. Considera-se causa a ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.

11. (Defensor Público da União – 2004): Acerca do fato típico, julgue os itens a seguir.

Considere a seguinte situação hipotética. Ailton, visando tirar a vida de Ernesto, agrediu-lhe com um facão. Levado ao hospital, Ernesto recebeu atendimento médico, mas veio a falecer, após seu quadro ter se agravado em decorrência de infecção dos ferimentos. Nessa situação, Ailton responderá tão-somente pelo crime de tentativa de homicídio, uma vez que ocorreu causa relativamente independente, que afasta a responsabilidade desse pela morte de Ernesto.

12. (Delegado de Polícia/ES – 2006): Acerca das leis penais especiais, julgue os seguintes itens.

Considere a seguinte situação hipotética. Uma equipe de policiais civis de determinada delegacia, após a prisão de um indivíduo, submeteu-o a intenso sofrimento físico e mental para que ele confessasse a prática de um crime. O delegado de polícia, chefe da equipe policial, ciente do que acontecia, permaneceu em sua sala sem que tivesse adotado qualquer providência para fazer cessar as agressões. Nessa situação, os policiais praticaram a figura típica da tortura, ao passo que, em relação ao delegado de polícia, a conduta, por não configurar o mesmo crime, tem outro enquadramento penal.

13. (21.º Procurador da República MPF) A regra de imputação acolhida pelo Código Penal:

- (A) é exclusivamente a equivalência dos antecedentes causais;
- (B) é a da *conditio sine qua non* com temperamentos;
- (C) é suficiente para determinar a atribuição do resultado ao autor;
- (D) é incompatível com a teoria da imputação objetiva que incorpora a noção do risco.

14. (13.º Procurador do Trabalho – 2006): Observe as assertivas abaixo e assinale a alternativa CORRETA:

- I – na forma legal, constitui abuso de autoridade qualquer atentado aos direitos e garantias legais assegurados ao exercício profissional, bem como ordenar ou executar medida privativa da liberdade individual, sem as formalidades legais ou com abuso de poder;
- II – os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, serão punidos na forma da lei, cedido que constitui efeito automático da condenação, para o servidor público apenado, a perda do cargo ou função pública;
- III – constitui crime contra a organização do trabalho a simples frustração de direito assegurado em



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

legislação trabalhista, cujo dispositivo encerra norma penal em branco, devendo ser julgado pela Justiça Federal, consoante expresso comando constitucional vigente e pacífica jurisprudência dos tribunais superiores.

- (A) nenhuma das assertivas está correta;
- (B) apenas uma das assertivas está correta;
- (C) apenas duas das assertivas estão corretas;
- (D) todas as assertivas estão corretas;
- (E) não respondida.

15. (130.º OAB/SP): A respeito da relação de causalidade, assinale a afirmação incorreta.

- (A) O nexo de causalidade é um dos elementos do fato típico.
- (B) O Código Penal brasileiro adotou a teoria da *conditio sine qua non*, também conhecida como teoria da equivalência dos antecedentes causais, que considera causa toda ação ou omissão sem a qual o resultado não teria ocorrido.
- (C) A causa preexistente relativamente independente em relação à conduta do agente, como é o caso da hemofilia da vítima, que contribui para o resultado morte no crime de homicídio, rompe o nexo de causalidade, respondendo o agressor apenas pelos atos até então praticados, no caso, configuradores do crime de homicídio tentado, ainda que tenha o agente conhecimento do peculiar estado da vítima.
- (D) A superveniência de causa relativamente independente exclui a imputação quando, por si só, produziu o resultado, imputando-se, contudo, os fatos anteriores a quem os praticou.

16. (129.º OAB/SP): Verifique a seguinte afirmação: Quaisquer das condições que compõem a totalidade dos antecedentes é causa do resultado, pois a sua inoccorrência impediria a produção do evento. Trata-se da teoria da

- (A) equivalência das condições, adotada pelo Código Penal.
- (B) equivalência das condições, não adotada pelo Código Penal.
- (C) causalidade adequada, adotada pelo Código Penal.
- (D) causalidade adequada, não adotada pelo Código Penal.

17. (128.º OAB/SP): Sobre relação de causalidade, é correto afirmar que

- (A) causa é a ação sem a qual o resultado não teria ocorrido, não se incluindo no conceito de causa a omissão.
- (B) a superveniência da causa relativamente independente nunca exclui a imputação.
- (C) se houve superveniência de causa independente que exclua a imputação, os fatos anteriores ficam abrangidos pela exclusão.
- (D) a omissão é penalmente relevante quando o omitente tinha o dever de agir, como sucede com quem, com seu comportamento anterior, criou o risco da ocorrência do resultado.

CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO

QUESTÕES

1. (130.º OAB/SP): O art. 244 do Código Penal, com redação determinada pela Lei n.º 10.741/03, descreve a seguinte conduta criminosa: “Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

maior de 60 anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo”. No caso, a expressão “sem justa causa” constitui

- (A) elemento normativo do tipo.
- (B) elemento subjetivo do tipo.
- (C) circunstância de adequação típica de subordinação mediata.
- (D) circunstância de adequação típica de subordinação imediata.

CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO

QUESTÕES

1. (Delegado de Polícia/MG – 2007): Quanto ao erro em matéria penal todas as alternativas estão corretas, EXCETO:

- (A) A finalidade precípua do erro de tipo essencial é a de afastar o dolo da conduta do agente.
- (B) Para a teoria extremada ou estrita da culpabilidade o erro que recai sobre uma situação de fato é erro de tipo, enquanto o erro que recai sobre os limites de uma causa de justificação é erro de proibição.
- (C) O erro de tipo accidental incide sobre dados irrelevantes da figura típica e não impede a apreciação do caráter criminoso do fato.
- (D) O erro mandamental é aquele que recai sobre o mandamento contido nos crimes omissivos próprios ou impróprios.

2. (Procurador do Estado/PR – 2007): Durante discussão acontecida na Assembléia Legislativa, o deputado estadual “A” dispara um tiro contra o deputado “B” com intenção de matá-lo, porém causa-lhe apenas lesão corporal. Ocorre que o mesmo projétil que atravessou o ombro de “B”, atingiu o tórax do presidente da Assembléia “C”, causando-lhe a morte, resultado não querido por “A”.

É correto afirmar:

- (A) Houve *aberratio ictus*, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.
- (B) Houve *aberratio criminis*, aplicando-se a regra do concurso formal imperfeito.
- (C) Houve erro na execução, aplicando-se a regra do concurso formal imperfeito.
- (D) Houve *error in personae*, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.
- (E) Houve *aberratio criminis* por acidente, aplicando-se a regra do concurso formal perfeito.

3. (Advogado/CEF – 2006): Considerando o posicionamento doutrinário e jurisprudencial dominante, julgue o item subseqüente, relativo à parte geral do Código Penal.

O erro de tipo é aquele que recai sobre os elementos ou circunstâncias do tipo, excluindo-se o dolo e, por consequência, a culpabilidade.

4. (Defensor Público da União – 2004): Acerca do fato típico, julgue o item a seguir.

O erro de tipo essencial que recai sobre uma elementar do tipo afasta, sempre, o dolo do agente, restando apenas responsabilidade por crime culposos, se houver previsão legal.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

5. (23.º Procurador da República/MPF): A errada compreensão ou identificação da lei a que se refere o art. 359 – D, do Código Penal (“ordenar despesa não autorizada por lei”), para completar a definição do crime por ele descrito, constitui:
- (A) erro de subsunção;
 - (B) erro de proibição;
 - (C) erro de vigência;
 - (D) erro de tipo.
6. (Delegado de Polícia/SP – 2003): O erro, sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime,
- (A) não exclui o dolo, permitindo a punição também por culpa;
 - (B) exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposo, se previsto em lei;
 - (C) não exclui o dolo, nem permite a punição por crime culposo;
 - (D) exclui o dolo, não permitindo a punição por crime culposo, mesmo se previsto em lei.
7. (20.º Procurador da República/MPF): Pela denominada teoria unitária do erro,
- (A) é relevante a distinção entre erro de tipo e de proibição.
 - (B) todo o problema do erro concentra-se na culpabilidade.
 - (C) o denominado erro de direito ganha relevância penal.
 - (D) o erro de direito inescusável tanto está em sede penal quanto extrapenal.
8. (131.º OAB/SP): Assinale a alternativa correta sobre *aberratio ictus*, que ocorre quando o agente, por acidente ou erro no uso dos meios de execução, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.
- (A) O agente responde como se tivesse praticado o crime contra a pessoa que pretendia ofender.
 - (B) Não é possível ocorrer a *aberratio ictus* numa causa justificativa.
 - (C) No caso de ser também ofendida a pessoa que o agente pretendia ofender, aplica-se a regra do concurso material.
 - (D) As expressões *aberratio ictus* e *aberratio criminis* são sinônimas.
9. (128.º OAB/SP): É isento de pena o agente que
- (A) não era, em virtude de desenvolvimento mental incompleto, ao tempo da ação, inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato.
 - (B) agiu por emoção.
 - (C) supõe, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima.
 - (D) agiu em virtude de embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool.
10. (127.º OAB/SP): Se o agente atua por erro plenamente justificável pelas circunstâncias e supõe que se encontra em situação de perigo, haverá
- (A) estado de necessidade putativo.
 - (B) estado de necessidade real.
 - (C) legítima defesa putativa.
 - (D) legítima defesa real.
11. (127.º OAB/SP): *Aberratio ictus* e *aberratio criminis* são
- (A) expressões diversas utilizadas para se referir ao mesmo instituto.
 - (B) institutos diferentes e há *aberratio criminis* quando o agente, em vez de atingir a pessoa que pretendia ofender, atinge pessoa diversa.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (C) institutos diferentes e há *aberratio ictus* quando, por erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido.
- (D) institutos diferentes e há *aberratio criminis* quando, por erro na execução do crime, sobrevém resultado diverso do pretendido.

CAPÍTULO 17 – TENTATIVA

QUESTÕES

- 1. (84.º Promotor de Justiça – MP/SP) É unicamente correto afirmar que**
- (A) o delito de quadrilha só se consuma com a prática de qualquer delito pelo bando ou por alguns de seus integrantes.
- (B) ao dispor sobre crimes tentados, o Código Penal prevê possibilidade de casos com resposta penal equivalente à dos consumados.
- (C) em se tratando de contravenção penal, a punibilidade da tentativa segue as regras do Código Penal.
- (D) crime falho é outra designação dada à tentativa imperfeita.
- (E) o Código Penal condiciona o reconhecimento da modalidade tentada de determinado crime à existência, na Parte Especial, de previsão específica quanto à sua admissibilidade.
- 2. (Juiz de Direito – TJ/MG 2003) Marque a única opção inteiramente correta.**
- (A) Se um filho, querendo matar o próprio pai, contrata um pistoleiro, mediante o pagamento de certa quantia em dinheiro, e este executa o crime, o pistoleiro incidirá nas sanções do crime de homicídio qualificado (ter cometido o crime mediante paga), enquanto o filho responderá por homicídio simples, pois essa circunstância, sendo de caráter pessoal, não elementar do crime de homicídio, é incomunicável;
- (B) Se o agente tem a previsão do resultado criminoso, no momento em que pratica a ação, necessariamente estará agindo ou com dolo direto ou com dolo eventual;
- (C) Os crimes unissubsistentes e os crimes omissivos próprios não admitem tentativa;
- (D) A embriaguez acidental, completa ou incompleta, é considerada como causa de exclusão de culpabilidade;
- (E) Nos crimes de ação privada o pedido de instauração do inquérito policial formulado pela vítima ao delegado é causa de suspensão do prazo decadencial.
- 3. (Juiz de Direito – TFDFT 2003) Em conformidade com o art. 14, II, do Código Penal, admite-se a tentativa quando, iniciada a execução de um crime, este não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente. Relativamente à tentativa, é correto afirmar:**
- (A) Ocorre tentativa perfeita ou crime falho quando o sujeito ativo não consegue praticar os atos necessários à consumação por interferência externa.
- (B) Não admitem tentativa os crimes omissivos puros, os crimes unissubsistentes e os delitos habituais.
- (C) Evidencia-se a ocorrência de tentativa branca, segundo o entendimento da doutrina, quando o agente consegue atingir o objeto material pretendido, muito embora haja a interrupção em meio à execução.
- (D) A tentativa é considerada uma forma de adequação típica de subordinação imediata.
- 4. (Juiz de Direito – TJ/SC 2006) Assinale a alternativa correta:**
- (A) Em nosso ordenamento jurídico, o fundamento da punibilidade da tentativa é encontrado na teoria objetiva, pela qual a tentativa é punida em razão do perigo que acarreta ao bem jurídico



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

protegido. A doutrina costuma fazer diferença quando, antes (tentativa inacabada ou imperfeita) da fase de execução ou após (tentativa acabada, perfeita ou crime falho), o evento deixa de ocorrer por circunstância independentes da vontade do agente. Porém o tratamento legal é único.

- (B) Na co-autoria, o domínio do fato é comum a várias pessoas. A chamada autoria colateral ou acessória, ocorre quando duas ou mais pessoas iniciam a execução de um crime de modo independentemente uma das outras, sendo que o liame psicológico entre os agentes ocorre apenas durante a execução.
- (C) A lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado ou ao crime permanente, mesmo que sua vigência seja anterior à cessação da continuidade ou permanência.
- (D) O Supremo Tribunal Federal, não obstante expressa previsão legal, tem repellido o instituto da prognose prescricional, consistente no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva do Estado, com fundamento na pena presumida, antes mesmo do término da ação penal, na hipótese em que o exercício do *ius puniendi* se revela, de antemão, inviável.
- (E) A absolvição criminal obsta a aplicação da medida de segurança, mesmo que constatada a periculosidade criminal do agente.

5. (180.º Juiz de Direito – TJ/SP) Assinale a alternativa correta.

- (A) O peculato-furto pode ser praticado em co-autoria com pessoa que não seja funcionário público.
- (B) O crime plurissubjetivo compatibiliza-se com a norma prevista no art. 29 do Código Penal.
- (C) Ao crime tentado pode corresponder a pena do crime consumado.
- (D) Crime plurissubjetivo e crime de participação necessária são idênticos.

6. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Considere os enunciados seguintes e assinale a alternativa correta:

- I – Em relação ao concurso de pessoas nosso Código Penal adotou a “teoria monista” segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma infração cometem crime único, embora distinguindo entre autores e partícipes (teoria “restritiva” da autoria); se, no curso da ação criminosa, o partícipe prevê e aceita a ocorrência de um resultado mais gravoso, também responde por ele. A concorrência de menor importância capaz de reduzir a reprimenda estende-se ao co-autor e ao partícipe;
 - II – Com relação ao lugar do crime – matéria relevante apenas para os chamados “crimes à distância” – nossa lei penal adotou a teoria da ubiqüidade (ou da unidade) segundo a qual o lugar do delito é aquele em que o agente desenvolveu qualquer ato executório ou onde se consumou ou devia consumir-se a infração. É irrelevante a intenção do agente;
 - III – Não há que se falar em tentativa nos crimes culposos, nos crimes unissubsistentes e nos crimes habituais, mas pode haver nos crimes complexos. Na tentativa a redução da pena deve ser tanto menor quanto mais o agente tenha se aproximado da consumação;
 - IV – É possível a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, como faculdade judicial. Para que isso se dê, a pena aplicada deve ser inferior a 4 os, o crime não pode ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou deve tratar-se de crime culposos. O agente deve ter a seu favor requisitos subjetivos indicados na lei que demonstrem a suficiência da substituição, mas a reincidência sempre impede o benefício;
 - V – A relevância da menoridade de 21 anos como atenuante genérica subjetiva é de tal importância que permite ao juiz aplicar a pena privativa de liberdade aquém do mínimo legal. Além disso, prepondera sobre qualquer circunstância, inclusive a reincidência.
- (A) Somente o enunciado II é inteiramente correto;
 - (B) Somente os enunciados I, IV e V são inteiramente corretos;
 - (C) Somente os enunciados II e III são inteiramente corretos;
 - (D) Nenhum dos enunciados é inteiramente correto.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- 7. (Delegado de Polícia/SP – 2006) É correto afirmar que:**
- (A) ao dispor sobre crimes tentados o Código Penal prevê a possibilidade de casos com resposta penal equivalente à dos consumados.
 - (B) para a consumação de delito de quadrilha, basta a associação de mais de quatro pessoas, para o fim de cometer crimes.
 - (C) o Código Penal condiciona o reconhecimento da forma tentada de um crime à existência, na Parte Especial, de previsão específica quanto à sua admissibilidade.
 - (D) no crime de falsificação de documento público, o fato do agente ser funcionário público e cometer o delito prevalecendo-se de seu cargo, não traz nenhuma consequência no momento da fixação da reprimenda.
 - (E) no estelionato, sendo o criminoso primário, o Juiz estará obrigado a reduzir a sua reprimenda de um a dois terços, ou aplicar tão-somente a pena de multa.
- 8. (Delegado de Polícia/SP – 2006) Ao reduzir a pena em razão do reconhecimento da tentativa, deve o Juiz considerar**
- (A) a culpabilidade do agente.
 - (B) a maior ou menor proximidade da consumação.
 - (C) a personalidade e a conduta social do agente.
 - (D) as consequências do delito.
 - (E) a intensidade do dolo do agente.
- 9. (Delegado de Polícia/SP – 2003) A Lei das Contravenções Penais:**
- (A) não contempla como perigoso o indivíduo condenado por mendicância;
 - (B) veda a conversão da pena de multa em prisão simples;
 - (C) declara taxativamente não ser punida a tentativa de contravenção;
 - (D) aplica-se às contravenções praticadas por brasileiro, em outros países.
- 10. (XXXI Juiz do Trabalho – TRT/2.^a Região 2005) Astolfo decide, após longa meditação, colocar um ponto final em suas desavenças com o vizinho, Herculano. Prepara seu revólver e se dirige à residência do desafeto, onde o encontra terminando o jantar. Ao lhe apontar a arma, é impedido por Filomeno que, por sorte, chegara naquele instante e, valendo-se do elemento surpresa, pôde, com pronta eficácia, evitar o disparo do revólver. A qualificação técnico-penal da ação de Astolfo corresponde a:**
- (A) desistência voluntária;
 - (B) arrependimento eficaz reflexivo;
 - (C) crime consumado;
 - (D) desistência voluntária reflexiva;
 - (E) crime tentado.
- 11. (130.^o OAB/SP – 2006) Dentre as espécies de crimes indicados, os que admitem a forma tentada são os**
- (A) omissivos puros.
 - (B) formais.
 - (C) unissubsistentes.
 - (D) culposos, exceto na culpa imprópria.



CAPÍTULO 18 – DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ

QUESTÕES

- (XXXI Juiz do Trabalho – TRT/2.ª Região 2005) Confrontando o arrependimento eficaz com a desistência voluntária, no campo penal, é correto afirmar que:**
 - Enquanto o arrependimento eficaz isenta o agente dos atos típicos anteriormente praticados, a desistência voluntária não produz essa isenção;
 - Enquanto o arrependimento eficaz se volta para evitar o resultado de uma ação delituosa já praticada, a desistência voluntária se dirige contra a continuidade do processo de execução de uma ação típica começada;
 - Somente quanto aos efeitos punitivos se equivalem à tentativa;
 - São crimes sempre equivalentes;
 - Nenhuma das proposições anteriores.
- (132.ª OAB/SP) Pretendendo matá-lo, Fulano coloca veneno no café de Sicrano. Sem saber do envenenamento, Sicrano ingere o café. Logo em seguida, Fulano, arrependido, prescreve o antídoto a Sicrano, que sobrevive, sem qualquer seqüela. Diante disso, é correto afirmar que se trata de hipótese de**
 - crime impossível, pois o meio empregado por Fulano era absolutamente ineficaz para obtenção do resultado pretendido.
 - tentativa, pois o resultado não se consumou por circunstâncias alheias à vontade de Fulano.
 - arrependimento posterior, pois o dano foi reparado por Fulano até o recebimento da denúncia.
 - arrependimento eficaz, pois Fulano impediu voluntariamente que o resultado se produzisse.

CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA

QUESTÕES

- (23.ª Promotor de Justiça – MPU/MPDFT) Acerca do estado de necessidade, assinale a opção incorreta.**
 - estado de necessidade justificante exclui a ilicitude do fato e possui previsão legal, tanto na parte geral como na parte especial do CP.
 - estado de necessidade defensivo ocorre quando o ato necessário se dirige contra a coisa de que promana o perigo para o bem jurídico ofendido.
 - estado de necessidade agressivo se verifica quando o ato necessário se dirige contra coisa diversa daquela de que promana o perigo para o bem jurídico.
 - Não é possível o reconhecimento de estado de necessidade recíproco.
- (83.ª Promotor de Justiça – MP/SP) Dentre as afirmações abaixo, assinale a FALSA:**
 - No estado de necessidade, o perigo pode advir de conduta humana, força maior ou caso fortuito, a legítima defesa só é possível contra agressão humana ou ataque espontâneo de animal irracional.
 - No estado de necessidade há conflito entre bens jurídicos, na legítima defesa há ataque ou ameaça de lesão a um bem jurídico.
 - No estado de necessidade, o bem jurídico é exposto a perigo atual ou iminente, na legítima defesa o bem jurídico sofre uma agressão.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (D) Podem coexistir, num mesmo fato, a legítima defesa com o estado de necessidade.
(E) No estado de necessidade há ação, e na legítima defesa reação.

CAPÍTULO 27 – CULPABILIDADE

QUESTÕES

1. **(Defensoria Pública/SE – 2006) Julgue o item seguinte, relativo aos crimes contra a vida.**
O aborto necessário, previsto no CP, não constitui crime, em face da exclusão da culpabilidade, considerando-se que a gestante é favorecida pelo estado de necessidade.
2. **(20.º Procurador da República – MPF) Em tema de culpabilidade, chamada “co-culpabilidade”**
(A) não tem guarida no nosso sistema normativo penal.
(B) expressa-se na teoria da duplicidade do dolo.
(C) fica reconhecida no disposto no art. 66 do Código Penal.
(D) propicia a chamada culpabilidade pela decisão de vida.
3. **(22.º Procurador da República – MPF) É adequado afirmar que:**
(A) o estado de necessidade, a legítima defesa, o estrito cumprimento do dever legal, a obediência hierárquica e o exercício regular de direito excluem a ilicitude;
(B) a embriaguez total, proveniente de caso fortuito ou força maior, exclui a tipicidade;
(C) a coação física irresistível exclui a culpabilidade;
(D) a imputabilidade do agente, a possibilidade dele conhecer a ilicitude de seu comportamento e a exigibilidade de conduta diversa são pressupostos da culpabilidade.
4. **(131.º OAB/SP): Francisco de Assis Toledo, in O erro no direito penal (Saraiva, 1977, p. 21), ao se referir à teoria finalista, afirmou: “a ... ganha um elemento – a consciência da ilicitude (consciência do injusto) – mas perde os anteriores elementos anímico-subjetivos – o dolo e a culpa *stricto sensu* – reduzindo-se, essencialmente, a um juízo de censura.” Com essa frase ele está se referindo à**
(A) antijuridicidade.
(B) relação de causalidade.
(C) culpabilidade.
(D) tipicidade.

CAPÍTULO 28 – IMPUTABILIDADE PENAL

QUESTÕES

1. **(84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Perante o Código Penal, a chamada embriaguez preordenada pode, por si só,**
(A) conduzir à exclusão da imputabilidade penal.
(B) constituir causa de diminuição de pena.
(C) render ensejo à incidência de circunstância atenuante.
(D) configurar circunstância agravante.
(E) caracterizar qualificadora do crime de homicídio.
2. **(21.º Procurador da República – MPF) No que diz respeito aos índios:**
(A) só são imputáveis os índios integrados;



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquemático – Parte Geral
Cleber Masson

- (B) em princípio todos são imputáveis;
- (C) a avaliação antropológica é imprescindível apenas para os índios que não falam a língua portuguesa;
- (D) a aplicação de sanções penais segundo os usos e costumes indígenas não tem relevância para a aplicação de sanções previstas no Código Penal.

3. (125.º OAB/SP) Quanto à imputabilidade penal, é correto afirmar que a

- (A) paixão pode excluir a imputabilidade penal.
- (B) emoção pode excluir a imputabilidade penal.
- (C) emoção, a paixão e a embriaguez incompleta proveniente de caso fortuito ou força maior não excluem a imputabilidade penal.
- (D) embriaguez, ainda que incompleta, mas proveniente de caso fortuito pode excluir a imputabilidade penal.

CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS

QUESTÕES

1. (84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Assinale a alternativa incorreta.

- (A) A chamada “autoria mediata” é delineada na conduta de quem consegue a subtração de bens alheios através de menor de 18 anos.
- (B) Não é isento de pena o estranho que colabora com o filho no furto de bens pertencentes aos pais deste.
- (C) No concurso de pessoas, é dispensável prévio acordo, mas se exige um vínculo ou liame psicológico entre elas.
- (D) No concurso de agentes, a interrupção da prescrição decorrente de sentença condenatória recorrível produz efeito relativamente ao co-autor absolvido.
- (E) Em roubo praticado em concurso por dois agentes, pode-se reconhecer a modalidade consumada para um e a tentada, para o outro.

2. (MAGISTRATURA/SC – 2006): Assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) Os crimes unissubsistentes não admitem a tentativa.
- (B) Em relação ao concurso de agentes, o Código Penal adotou a teoria dualista, que defende a existência de um delito para os autores e outro para os partícipes.
- (C) Em se tratando de concurso formal de delitos e de crimes praticados em continuidade delitiva, a prescrição incidirá em cada um dos crimes, isoladamente.
- (D) O agente que pratica crimes, sem violência ou grave ameaça à pessoa, que por ato voluntário repara o dano ou restitui a coisa (objeto material), até o recebimento da denúncia ou queixa, deverá ter sua pena reduzida de um a dois terços, consoante estabelece o art. 16 do Código Penal.
- (E) Tarso, com 25 anos de idade, entrega a Pedro, absolutamente incapaz mentalmente, arma de fogo carregada, induzindo-o a disparar contra Paulo, seu desafeto, que em razão dos tiros faleceu. Pode-se afirmar que Tarso foi o autor mediato do crime praticado (homicídio) e Pedro, por ser inimputável, deverá ser submetido à medida de segurança.

3. (Juiz de Direito – TJ/TO 2007) Julgue os itens subsequentes, quanto à natureza jurídica do concurso de agentes.

I – Segundo a teoria monista, adotada como regra pelo Código Penal brasileiro, todos os co-autores e



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- partícipes devem responder por um crime único.
- II – De acordo com a teoria dualista, que em nenhuma situação é adotada pelo Código Penal brasileiro, os co-autores devem responder por crime doloso e os partícipes, por crime culposos, na medida de sua culpabilidade.
- III – Consoante a teoria pluralística, excluída totalmente do sistema jurídico brasileiro, cada participante do crime responde por um crime diferente.
- Assinale a opção correta.
- (A) Apenas o item I está certo.
(B) Apenas o item II está certo.
(C) Apenas os itens I e III estão certos.
(D) Todos os itens estão certos.
- 4. (Juiz Militar – TJM/SP 2007) O terceiro que concorrer com a mãe, que comete infanticídio, responde pelo mesmo crime, em razão de**
- (A) o infanticídio ser crime de mão própria que não admite o concurso de pessoas.
(B) o estado puerperal ser circunstância incomunicável.
(C) o estado puerperal ser elementar do crime.
(D) o estado puerperal ser circunstância personalíssima.
(E) homogeneidade do elemento subjetivo entre os concorrentes.
- 5. (Defensoria Pública/SE – 2006) À luz do direito penal, julgue o item a seguir.**
- Considere a seguinte situação hipotética. Um médico, dolosa e insidiosamente, entregou uma injeção de morfina, em dose demasiadamente forte, para uma enfermeira, que, sem desconfiar de nada, aplicou-a no paciente, o que causou a morte do enfermo. Nessa situação, o médico é autor mediato de homicídio doloso, ao passo que a enfermeira é partícipe do delito e responde pelo mesmo crime doloso.
- 6. (Defensoria Pública/SE – 2006) Julgue o item seguinte, relativo aos crimes contra a vida.**
- Considere a seguinte situação hipotética. Fábio, por motivo de relevante valor social, praticou um crime de homicídio com a participação de Pedro, que desconhecia o motivo determinante do crime. Nessa situação, o homicídio privilegiado, causa de diminuição da pena descrita no CP, se estenderá ao partícipe Pedro, pois trata-se de circunstância de caráter pessoal que se comunica aos demais participantes.
- 7. (Defensoria Pública/SE – 2006) Julgue o item seguinte, relativo aos crimes contra a vida.**
- Autora de infanticídio só pode ser a mãe, conforme expressa o CP. Sendo assim, trata-se de crime próprio, que não pode ser cometido por qualquer autor. No entanto, essa qualificação, conforme entende a melhor doutrina, não afasta a possibilidade de concurso de pessoas.
- 8. (Delegado de Polícia/ES – 2006) No item a seguir é apresentada uma situação hipotética acerca das normas pertinentes à parte geral do Código Penal seguida de uma assertiva a ser julgada.**
- Antônio, com 43 anos de idade, idealizou e planejou a subtração de jóias de uma grande joalheria, traçando as coordenadas da ação com Marcos e Alexandre, para os quais forneceu um veículo e as ferramentas a serem utilizadas na empreitada criminosa. Na data combinada, Marcos e Alexandre executaram com êxito o furto, logrando subtrair um grande número de jóias de elevado valor comercial, as quais foram devidamente repartidas entre os três indivíduos. Após intensa investigação, a polícia identificou a autoria do crime, indiciando Antônio, Marcos e Alexandre em sede de Inquérito Policial. Nessa situação, é correto afirmar que houve concurso de pessoas para a realização da figura típica, devendo Antônio responder como partícipe e Marcos e Alexandre como co-autores do delito.

9. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Considere os enunciados seguintes e assinale a alternativa correta:

- I – Em relação ao concurso de pessoas nosso Código Penal adotou a “teoria monista” segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma infração cometem crime único, embora distinguindo entre autores e partícipes (teoria “restritiva” da autoria); se, no curso da ação criminosa, o partícipe prevê e aceita a ocorrência de um resultado mais gravoso, também responde por ele. A concorrência de menor importância capaz de reduzir a reprimenda estende-se ao co-autor e ao partícipe;
 - II – Com relação ao lugar do crime – matéria relevante apenas para os chamados “crimes à distância” – nossa lei penal adotou a teoria da ubiqüidade (ou da unidade) segundo a qual o lugar do delito é aquele em que o agente desenvolveu qualquer ato executório ou onde se consumou ou devia consumir-se a infração. É irrelevante a intenção do agente;
 - III – Não há que se falar em tentativa nos crimes culposos, nos crimes unissubsistentes e nos crimes habituais, mas pode haver nos crimes complexos. Na tentativa a redução da pena deve ser tanto menor quanto mais o agente tenha se aproximado da consumação;
 - IV – É possível a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, como faculdade judicial. Para que isso se dê, a pena aplicada deve ser inferior a 4 anos, o crime não pode ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou deve tratar-se de crime culposos. O agente deve ter a seu favor requisitos subjetivos indicados na lei que demonstrem a suficiência da substituição, mas a reincidência sempre impede o benefício;
 - V – A relevância da menoridade de 21 anos como atenuante genérica subjetiva é de tal importância que permite ao juiz aplicar a pena privativa de liberdade aquém do mínimo legal. Além disso, prepondera sobre qualquer circunstância, inclusive a reincidência.
- (A) Somente o enunciado II é inteiramente correto;
(B) Somente os enunciados I, IV e V são inteiramente corretos;
(C) Somente os enunciados II e III são inteiramente corretos;
(D) Nenhum dos enunciados é inteiramente correto.

10. (131.º OAB/SP) 60. Em relação ao concurso de pessoas, é INCORRETO afirmar que

- (A) ele pode realizar-se por meio de co-autoria e participação.
- (B) co-autor é quem executa, juntamente com outras pessoas, a ação ou omissão que caracteriza a infração penal.
- (C) o partícipe realiza a conduta descrita pelo tipo penal.
- (D) o partícipe pratica uma conduta que contribui para a realização da infração penal, embora não esteja descrita no tipo penal.

11. (128.º OAB/SP) Sobre o concurso de agentes, estipulou o legislador que

- (A) aquele que concorre para o crime incide nas penas a ele cominadas, desde que a sua colaboração seja eficaz no cometimento do crime.
- (B) comunicam-se as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, exceto quando forem elementares do crime.
- (C) se algum dos concorrentes quis participar de crime menos grave, ser-lhe-á aplicada a pena deste, não sendo ela aumentada em qualquer hipótese.
- (D) se a participação for de menor importância, a pena pode ser diminuída de um sexto a um terço.

12. (126.º OAB/SP) A e B pretenderam matar a vítima C. Ambos se esconderam em determinado local e, sem que um soubesse da intenção do outro, atiraram com seus respectivos revólveres quando C passava próximo ao ponto em que se encontravam. C veio a falecer porque foi atingido por um dos projéteis, não se esclarecendo se proveniente do revólver de A ou de B, pois a arma do crime não foi encontrada. Assim, A e B respondem por homicídio

- (A) tentado, como co-autores.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (B) consumado.
- (C) tentado.
- (D) consumado, como co-autores.

CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

QUESTÕES

1. (XIII Juiz Federal – TRF/3.^a Região 2006) Examine os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – De menor potencial ofensivo é, além de todas as contravenções, indistintamente o crime a que a norma incriminadora comine pena máxima não superior a dois anos ou multa consoante o parágrafo único da Lei 10.259 de 12.07.2001 (Juizado Especial Federal). No caso de concurso de crimes, a pena a ser considerada, para fins de fixação da competência do Juizado Especial Criminal será o resultado da soma no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos, de modo que, se resultar disso um apenamento superior a 2 anos fica afastada a competência do Juizado Especial para todas as instalações, consideradas. A competência do Juizado Especial Criminal é contemporânea de sua instalação, de modo que não serão para ele remetidas as ações penais que até então tramitavam na Vara Criminal;
- II – O perdão do ofendido é ato bilateral, mas o perdão judicial independe da vontade do réu. O primeiro é possível em todas as infrações sujeitas a ação penal exclusivamente privada e se estende a todos os querelados que o aceitarem; o segundo é possível apenas quando a lei quer e se trata de benefício personalíssimo. Na medida em que o Superior Tribunal de Justiça (súmula 18) afirma que a sentença que aplica perdão judicial é declaratória de extinção de punibilidade, ela não pode ser executada no Juízo Cível para reparação de dano;
- III – A proibição legal do cumprimento de pena por mais de 30 anos (artigo 75 do Código Penal) não tem nenhum efeito quanto a tomar esse *quantum* o limite da base de cálculo para fins de livramento condicional ou progressão de regime. Quanto ao livramento condicional, o reincidente específico em tráfico ilícito de entorpecentes não tem direito ao benefício; já o condenado por crime doloso praticado com violência ou grave ameaça contra pessoa só poderá merecer o benefício se houver perícia atestando ausência de periculosidade;
- IV – A progressão de regime de cumprimento de pena exige três pressupostos (desconto de 1/6 da reprimenda no regime fixado; atestado de bom comportamento carcerário; prévia manifestação ministerial e de defensor do condenado) a serem considerados pelo juiz da execução; tratando-se de questão que envolve trânsito em julgado de condenação, a progressão é estranha à situação do preso provisório, que, portanto, a ela não tem direito. É direito do condenado evoluir do regime fechado para o aberto se a passagem para o regime semi-aberto é inviável por ausência de vaga.
 - (A) O item III não é inteiramente verdadeiro;
 - (B) Os itens I, II e IV são inteiramente verdadeiros;
 - (C) O item IV não é inteiramente verdadeiro;
 - (D) Os itens III e IV não são inteiramente verdadeiros.

2. (135.º OAB/SP): De acordo com a Lei de Execução Penal, assinale a opção correta.

- (A) Aquele que cumpre pena no regime semi-aberto e preenche os requisitos objetivo e subjetivo para a progressão de regime tem direito a progredir para o regime aberto, mesmo que esteja desempregado e sem qualquer proposta de trabalho.
- (B) O detento que cumpre pena em regime fechado pode obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, no caso de falecimento de companheira, por exemplo.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (C) O recolhimento do beneficiário de regime aberto em residência particular não é admitido quando se tratar de condenado acometido de doença grave.
- (D) O condenado que cumpre pena em regime fechado pode obter autorização para saída temporária do estabelecimento, sem vigilância direta, no caso de visita à família.

3. (128.º OAB/SP): Sobre a pena, é correto afirmar que

- (A) computam-se, na pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória, no Brasil, não no estrangeiro.
- (B) o condenado por crime contra a administração pública terá a progressão de regime de pena privativa de liberdade condicionada à reparação do dano que causou.
- (C) no cálculo da pena privativa de liberdade será seguido o critério bifásico.
- (D) a unificação de penas no limite de 30 (trinta) anos, conforme orientação dos Tribunais Superiores, serve como parâmetro para a progressão de regime e para o livramento condicional.

4. (127.º OAB/SP): A regra geral é a de que o sentenciado pode progredir de regime de pena quando o seu mérito o recomende e tenha cumprido no regime anterior pelo menos

- (A) um terço da pena.
- (B) um sexto da pena.
- (C) metade da pena.
- (D) dois terços da pena.

5. (124.º OAB/SP): No sistema legal brasileiro, no tocante ao regime de pena, é correto afirmar que

- (A) não se admite que o condenado, ao qual foi imposto na sentença regime semi-aberto, possa regredir para regime fechado.
- (B) se admite, como regra, a progressão de regime, levando-se em conta na progressão o tempo de pena e o merecimento do condenado.
- (C) se prevê, na Lei dos Crimes Hediondos e Assemelhados, a possibilidade de progressão de regime quando o sentenciado é primário e de bons antecedentes.
- (D) não se admite a progressão de regime se o acusado é reincidente e foi condenado a pena superior a 8 anos.

CAPÍTULO 34 – DA APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

QUESTÕES

1. (II Defensor Público SP – 2007) A circunstância agravante da reincidência, inclusive como preponderante no caso de concurso entre circunstâncias agravantes e atenuantes, representa a adoção da teoria

- (A) do direito penal do fato, em detrimento à teoria do direito penal do autor.
- (B) da discricionariedade regrada.
- (C) causalista como diretriz da individualização da pena.
- (D) finalista como diretriz da individualização da pena.
- (E) do direito penal do autor, em detrimento à teoria do direito penal do fato.

2. (Procurador do Estado/SP – 2005) Réu processado por receptação dolosa, com uma condenação anterior definitiva por furto, teve sua pena assim calculada pelo juiz sentenciante: “Nos termos do

art. 68 do CP, passo ao cálculo da pena. À vista da folha de antecedentes do réu, verifico que é portador de maus antecedentes, posto que possuidor de uma condenação anterior definitiva pelo crime de furto, não lhe sendo favoráveis, portanto, as circunstâncias do art. 59 do CP. Por tal motivo, aumento-lhe a pena-base em 1/6, resultando 1 ano e 2 meses de reclusão. Em seguida, verificando a presença da circunstância agravante da reincidência (art. 61, I do CP), aumento-lhe a pena em 1/6, resultando em 1 ano, 4 meses e 10 dias de reclusão, a qual torno definitiva, à míngua de outras causas de aumento ou diminuição. O regime prisional inicial é o fechado, único compatível com a reincidência.” A individualização da pena, nesse caso, mostra-se equivocada porque:

- (A) os maus antecedentes só podem ser considerados agravantes obrigatórias se se referem a processos ainda em andamento (não a condenações definitivas), sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime deveria ser o aberto.
- (B) os maus antecedentes absorvem a circunstância da reincidência, ensejando aumento superior a 1/6, sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime inicial deveria ser o aberto.
- (C) a reincidência pode ser considerada simultaneamente circunstância judicial e agravante obrigatória, porém somente em casos de crimes hediondos, sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime inicial deveria ser o integral fechado.
- (D) a reincidência não pode ser considerada simultaneamente circunstância judicial e agravante obrigatória, sendo que em caso de pena inferior a 4 anos, o regime deveria ser o aberto.
- (E) a reincidência não pode ser considerada simultaneamente circunstância judicial e agravante obrigatória, sendo que em sendo a pena inferior a 4 anos, o regime inicial poderia ser o semi-aberto.

3. (131.º OAB/SP) Sobre a reincidência, é correto afirmar que, segundo súmula do Superior Tribunal de Justiça,

- (A) a reincidência penal pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.
- (B) a incidência da reincidência pode conduzir ao aumento da pena acima do máximo legal.
- (C) em caso de reincidência, não é possível o livramento condicional.
- (D) a reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.

4. (84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Tendo em conta as regras estabelecidas no Código Penal para a aplicação da pena, é permitido ao juiz, na sentença condenatória,

- (A) considerando favoráveis todas as circunstâncias judiciais, estabelecer a “pena-base” aquém do limite mínimo previsto na lei.
- (B) atenuar a pena diante de circunstância não prevista expressamente na lei, sendo ela relevante e não concomitante com o crime.
- (C) estender o sursis à pena restritiva de direitos.
- (D) fixar o regime inicial fechado em caso de crime apenado com detenção.
- (E) fazer incidir como agravante circunstância que qualifica o crime.

5. (84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Aponte a única alternativa que não constitui entendimento jurisprudencial objeto de Súmula do Superior Tribunal de Justiça, envolvendo circunstâncias agravantes ou atenuantes.

- (A) Para efeitos penais, o reconhecimento da menoridade do réu requer prova por documento hábil.
- (B) A reincidência não influi no prazo da prescrição da pretensão punitiva.
- (C) A incidência de circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena para abaixo do mínimo legal.
- (D) A confissão perante a autoridade policial configura circunstância atenuante mesmo quando retratada em Juízo.
- (E) A reincidência penal não pode ser considerada como circunstância agravante e, simultaneamente, como circunstância judicial.

6. **(84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Assinale a alternativa que está em desacordo com disposição do Código Penal relacionada com circunstâncias agravantes.**
- (A) A agravação da pena é obrigatória, ainda que a circunstância funcione, também, como elementar do crime.
 - (B) A enumeração das agravantes é taxativa.
 - (C) A incidência de uma agravante não pode conduzir a pena para além do patamar máximo cominado ao crime.
 - (D) Descaracterizada a reincidência, pelo decurso do prazo de 5 anos, a condenação anterior pode ser considerada a título de maus antecedentes.
 - (E) O Código Penal não estabelece limite máximo de idade quando se refere à “criança” como agravante.
7. **(85.º Promotor de Justiça – MP/SP) Em relação à aplicação da pena, assinale a alternativa incorreta:**
- (A) a presença da reincidência não é levada em conta na análise das chamadas circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
 - (B) os motivos do crime podem constituir uma agravante.
 - (C) a presença de circunstâncias agravantes não autoriza a aplicação de pena acima do máximo cominado.
 - (D) o comportamento da vítima não interfere na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
 - (E) as conseqüências do crime são levadas em conta na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
8. **(Juiz de Direito – TJ/PR 2006) Sobre a aplicação da pena (CP, arts. 59 a 76), assinale a alternativa INCORRETA**
- (A) No concurso de causas de aumento ou de diminuição previstas na Parte Especial do Código Penal, o juiz deve levar em consideração todos os aumentos e/ou diminuições, não podendo limitar-se à causa que mais aumente ou diminua a pena.
 - (B) Segundo o entendimento majoritário, inclusive sumulado pelo superior tribunal de justiça, a incidência da circunstância atenuante não pode conduzir à redução da pena abaixo do mínimo legal.
 - (C) Verifica-se a circunstância agravante da reincidência quando o agente comete novo crime, mesmo que a condenação anterior já transitada em julgado seja no estrangeiro.
 - (D) O rol das circunstâncias atenuantes não é taxativo, eis que o Código Penal expressamente admite outras hipóteses, mesmo que não previstas em lei.
9. **(Juiz de Direito – TJ/RS 2003) Assinale a assertiva incorreta.**
- (A) Objeto material do crime é a coisa ou a pessoa sobre a qual recai a conduta delituosa do agente. Servem como exemplos a energia elétrica, no crime de furto, e a pessoa viva, no crime de homicídio, respectivamente.
 - (B) O infanticídio, como o peculato, é crime próprio.
 - (C) Agente com 20 (vinte) anos de idade que pratica crime contra a pessoa, depois de 12 de janeiro de 2003, não poderá se beneficiar da atenuante de menoridade.
 - (D) Pessoa solteira pode responder por crime de bigamia.
 - (E) O benefício da graça é individual; o do indulto, coletivo. A graça, em regra, é provocada, e o indulto, espontâneo.
10. **(Juiz de Direito – TJ/MG 2003) Em relação à aplicação da pena é CORRETO afirmar que**
- (A) as circunstâncias preponderantes são aquelas que resultam dos motivos determinantes, dos antecedentes e da reincidência;
 - (B) as causas de aumento e de diminuição podem, respectivamente, superar os limites máximo e



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

mínimo fixados em abstrato;

- (C) na fixação da pena base o juiz fará a apreciação conjunta das circunstâncias judiciais e legais;
- (D) a coação moral resistível constitui atenuante de pena e a irresistível, causa de diminuição de pena;
- (E) as circunstâncias atenuantes inominadas somente podem atenuar a pena se anteriores ao crime.

11. (Juiz de Direito – TJ/DFT 2003) Assinale, abaixo, a alternativa correta em relação aos seguintes enunciados:

- I – Há conexão teleológica (ou ideológica) quando um crime é praticado para assegurar a execução de outro.
 - II – Existe conexão conseqüencial (ou causal) quando um crime é cometido para assegurar a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro.
 - III – A agravação da pena, consoante o artigo 61, inc. II, “a”, do Código Penal, é proveniente da conexão teleológica ou conseqüencial. A ocasional não é considerada agravante genérica.
 - IV – Tratando-se de crimes conexos, objetos do mesmo processo, estende-se aos demais a interrupção da prescrição relativa a qualquer deles.
- (A) somente os enunciados I, II e III estão corretos.
 - (B) somente os enunciados II, III e IV estão corretos.
 - (C) somente os enunciados I, II e IV estão corretos.
 - (D) todos os enunciados estão corretos.

12. (Juiz de Direito – TJ/DFT 2003) Em relação aos seguintes enunciados, assinale a alternativa incorreta:

- (A) A coação física irresistível exclui a ação; a coação moral exclui a culpabilidade; a coação física ou moral, sendo resistível, atenua a pena.
- (B) Para a configuração da atenuante da confissão espontânea do crime, a contentou-se com a mera confissão espontânea da autoria do crime praticado, outrem ou não.
- (C) Para beneficiar-se da atenuante da multidão em tumulto, pressupõe a lei penal o cometimento do crime sob influência de multidão em tumulto, não ter o agente provocado o tumulto e não ser reincidente.
- (D) Prevalece a atenuante da menoridade ainda que se tenha operado a emancipação, ou que o menor tenha adquirido a maioridade pelo casamento.

13. (Juiz Federal – TRF/5.ª Região 2007) O item subsequente apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada no que concerne a penas e sua aplicação.

Joaquim, delegado de polícia, foi denunciado pela prática dos crimes de peculato e concussão. Em sentença, o magistrado julgou procedente a pretensão punitiva estatal, majorando a pena de cada um dos crimes imputados a Joaquim em virtude de ele ser funcionário público. Nessa situação, por serem os delitos imputados ao condenado crimes de mão própria, não poderia o juiz considerar a qualidade de funcionário público para elevar a pena-base, sob pena de *bis in idem*.

14. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Considere os enunciados seguintes e assinale a alternativa correta:

- I – Em relação ao concurso de pessoas nosso Código Penal adotou a “teoria monista” segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma infração cometem crime único, embora distinguindo entre autores e partícipes (teoria “restritiva” da autoria); se, no curso da ação criminosa, o partícipe prevê e aceita a ocorrência de um resultado mais gravoso, também responde por ele. A concorrência de menor importância capaz de reduzir a reprimenda estende-se ao co-autor e ao partícipe;
- II – Com relação ao lugar do crime – matéria relevante apenas para os chamados “crimes à distância” – nossa lei penal adotou a teoria da ubiqüidade (ou da unidade) segundo a qual o lugar do delito é aquele em que o agente desenvolveu qualquer ato executório ou onde se consumou ou devia



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- consumar-se a infração. É irrelevante a intenção do agente;
- III – Não há que se falar em tentativa nos crimes culposos, nos crimes unissubsistentes e nos crimes habituais, mas pode haver nos crimes complexos. Na tentativa a redução da pena deve ser tanto menor quanto mais o agente tenha se aproximado da consumação;
- IV – É possível a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, como faculdade judicial. Para que isso se dê, a pena aplicada deve ser inferior a 4 os, o crime não pode ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou deve tratar-se de crime culposo. O agente deve ter a seu favor requisitos subjetivos indicados na lei que demonstrem a suficiência da substituição, mas a reincidência sempre impede o benefício;
- V – A relevância da menoridade de 21 anos como atenuante genérica subjetiva é de tal importância que permite ao juiz aplicar a pena privativa de liberdade aquém do mínimo legal. Além disso, prepondera sobre qualquer circunstância, inclusive a reincidência.
- (A) Somente o enunciado II é inteiramente correto;
(B) Somente os enunciados I, IV e V são inteiramente corretos;
(C) Somente os enunciados II e III são inteiramente corretos;
(D) Nenhum dos enunciados é inteiramente correto.

15. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Considere as assertivas seguintes e assinale a alternativa correta:

- I – O delito de descaminho – que envolve bem ou mercadoria não proibida de entrar no País – revela-se na prática de fraude ou ardil que conduza ao ingresso ou saída da mercadoria sem o pagamento de tributação incidente nessas operações; o emprego de avião para possibilitar a entrada ou saída do bem provoca aumento de pena. Se o agente público, detentor do dever de impedir ou coibir essa prática criminosa, intencionalmente facilita o descaminho, pratica delito autônomo, punido mais severamente do que aquele;
- II – A prática do homicídio “simples” em atividade típica de “grupo de extermínio” situação que invoca tratamento mais severo previsto na Lei 8.072/90 – não o transforma em tipo “qualificado”, tampouco lhe serve de agravante e nem é elementar de uma nova figura incriminadora; a verificação desse fato cabe ao juiz, não devendo ser apresentado quesito específico aos jurados;
- III – Basta, para atenuação obrigatória da reprimenda, a simples confissão da autoria feita pelo réu – mesmo que por sugestão de terceiro ou da própria autoridade – no curso do inquérito ou do processo, não sendo cabível condicionar-se a diminuição ao intento de colaborar com a Justiça ou demonstrar arrependimento; mesmo se feita após a sentença, condenatória, estando o feito submetido ao Tribunal para apreciação, a confissão vale como atenuante;
- IV – Embora a imputabilidade deva ser contemporânea da conduta, não se livra de punição o indivíduo mentalmente são que deliberadamente se coloca em estado de inconsciência para assim praticar o fato do qual sobrevém o resultado danoso, cuja ocorrência era desejada ou assumida pelo sujeito.
- (A) As afirmativas I e II são falsas;
(B) A afirmativa IV é a única verdadeira;
(C) A afirmativa III é a única falsa;
(D) As afirmativas I e III são falsas.

16. (85.º Promotor de Justiça – MP/SP) Em relação à aplicação da pena, assinale a alternativa incorreta:

- (A) a presença da reincidência não é levada em conta na análise das chamadas circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
(B) os motivos do crime podem constituir uma agravante.
(C) a presença de circunstâncias agravantes não autoriza a aplicação de pena acima do máximo cominado.
(D) o comportamento da vítima não interfere na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do Código Penal).
(E) as conseqüências do crime são levadas em conta na análise das circunstâncias judiciais (art. 59 do



Código Penal).

17. (22.º Procurador da República – MPF) A Lei consagra o método trifásico para individualização da pena. Deste modo:

- I – as qualificadoras interessam à fixação da pena-base porque são circunstâncias legais presentes na Parte Especial do Código, que cominam novas penas para o tipo derivado, com limites, mínimo e/ou máximo, distintos do tipo fundamental;
- II – num primeiro momento, cabe ao Magistrado calcular a pena-base, considerando os fatores legais, quais sejam: o comportamento da vítima, bem como a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, 9, ainda, os motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime;
- III – na segunda fase, cabe ao Juiz fazer incidir sobre a pena-base as circunstâncias atenuantes e agravantes, sendo certo que a pena pode ser atenuada ou agravada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, ainda que não esteja prevista em lei;
- IV – na última etapa, cabe ao Magistrado observar as causas de diminuição e aumento de pena, para determinar, em definitivo, o quantum da pena, sendo impossível transpor os limites mínimo e máximo da cominação do tipo.

Assinale a opção correta:

- (A) estão erradas as de números III e IV;
- (B) estão erradas II e IV;
- (C) somente a de número I está certa;
- (D) todas estão certas.

18. (23.º Procurador da República – MPF) Na aplicação da pena privativa de liberdade, o aumento decorrente do concurso formal ou do crime continuado incide:

- (A) sobre a pena base;
- (B) sobre a pena acrescida de causa especial de aumento da pena ou de circunstância qualificadora;
- (C) sobre a pena mais grave, dentre as cominadas aos delitos cometidos, depois de aumentada de um sexto até a metade;
- (D) sobre o cúmulo das penas cominadas aos delitos perpetrados.

19. (XXI Juiz do Trabalho – TRT/15.ª Região 2006) Assinale a alternativa correta:

- (A) o arrependimento eficaz cabe nos crimes cometidos com violência à pessoa, desde que reparado o dano, até o recebimento da denúncia, por ato voluntário do agente;
- (B) o crime é culposo quando o agente assumiu o risco de produzir o resultado;
- (C) o agente que pratica o fato em estado de necessidade, terá a pena reduzida de 1/3;
- (D) ocorre concurso material quando o agente, mediante uma só ação, pratica dois ou mais crimes;
- (E) a pena poderá ser atenuada em razão de circunstância relevante, anterior ou posterior ao crime, embora não prevista expressamente em lei.

20. (130.º OAB/SP) Na aplicação da pena, considerando-se que o Código adotou o critério trifásico, na primeira fase, deve o juiz levar em conta

- (A) as circunstâncias agravantes e atenuantes.
- (B) as causas de aumento e de diminuição.
- (C) as circunstâncias judiciais.
- (D) as circunstâncias agravantes e atenuantes e as circunstâncias judiciais.

21. (125.º OAB/SP) O juiz, ao condenar o acusado, desejando aplicar causa de aumento, deve seguir o critério

- (A) trifásico e fazer incidir o aumento na terceira fase da aplicação da pena.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (B) trifásico e fazer incidir o aumento na segunda fase da aplicação da pena.
- (C) bifásico e fazer incidir o aumento na segunda fase da aplicação da pena.
- (D) bifásico e fazer incidir o aumento na primeira fase da aplicação da pena.

CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

QUESTÕES

- 1. (179.º Juiz de Direito – TJ/SP) Assinale a alternativa incorreta.**
- (A) Computa-se, na pena privativa de liberdade, o tempo de prisão provisória.
 - (B) Computa-se para fins de detração penal, na medida de segurança, o tempo de prisão provisória ou internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.
 - (C) A pena restritiva de direitos não pode ser convertida em privativa de liberdade, em caso de descumprimento injustificado.
 - (D) Se o condenado for reincidente não específico, o Juiz poderá substituir a pena corporal por restritiva de direitos, desde que a medida seja recomendável.
- 2. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Considere os enunciados seguintes e assinale a alternativa correta:**
- I – Em relação ao concurso de pessoas nosso Código Penal adotou a “teoria monista” segundo a qual todos os que contribuem para a prática de uma infração cometem crime único, embora distinguindo entre autores e partícipes (teoria “restritiva” da autoria); se, no curso da ação criminosa, o partícipe prevê e aceita a ocorrência de um resultado mais gravoso, também responde por ele. A concorrência de menor importância capaz de reduzir a reprimenda estende-se ao co-autor e ao partícipe;
 - II – Com relação ao lugar do crime – matéria relevante apenas para os chamados “crimes à distância” – nossa lei penal adotou a teoria da ubiqüidade (ou da unidade) segundo a qual o lugar do delito é aquele em que o agente desenvolveu qualquer ato executório ou onde se consumou ou devia consumir-se a infração. É irrelevante a intenção do agente;
 - III – Não há que se falar em tentativa nos crimes culposos, nos crimes unissubsistentes e nos crimes habituais, mas pode haver nos crimes complexos. Na tentativa a redução da pena deve ser tanto menor quanto mais o agente tenha se aproximado da consumação;
 - IV – É possível a substituição de pena privativa de liberdade por penas alternativas, como faculdade judicial. Para que isso se dê, a pena aplicada deve ser inferior a 4 os, o crime não pode ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa, ou deve tratar-se de crime culposo. O agente deve ter a seu favor requisitos subjetivos indicados na lei que demonstrem a suficiência da substituição, mas a reincidência sempre impede o benefício;
 - V – A relevância da menoridade de 21 anos como atenuante genérica subjetiva é de tal importância que permite ao juiz aplicar a pena privativa de liberdade aquém do mínimo legal. Além disso, prepondera sobre qualquer circunstância, inclusive a reincidência.
- (A) Somente o enunciado II é inteiramente correto;
 - (B) Somente os enunciados I, IV e V são inteiramente corretos;
 - (C) Somente os enunciados II e III são inteiramente corretos;
 - (D) Nenhum dos enunciados é inteiramente correto.
- 3. (Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2004) Assinale a alternativa correta:**
- (A) Fixada a pena-base, será considerada a causa de aumento prevista para o tipo penal e, após, o fato de ser o agente maior de 70 anos na data da sentença;



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (B) Na fixação da pena-base, será considerada a reincidência, bem como a forma de execução do crime, cometido com emprego de arma de fogo;
- (C) A substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos poderá ser efetuada, independentemente do montante da pena aplicada, no caso de crime culposos;
- (D) O reincidente não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

4. (132.º OAB/SP) Aponte a alternativa correta.

- (A) A pena restritiva de direitos não se converte em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta.
- (B) Se o condenado for reincidente, o juiz não poderá aplicar a substituição.
- (C) Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la, se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior.
- (D) Na condenação superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por multa ou por uma pena restritiva de direitos.

5. (132.º OAB/SP) Sobre a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, assinale a alternativa incorreta.

- (A) Consiste na atribuição de tarefas gratuitas ao condenado.
- (B) Deve ser aplicada nas condenações acima de 01 (um) mês e até 02 (dois) anos de privação de liberdade.
- (C) Dar-se-á em entidades assistenciais, hospitais, escolas, orfanatos e outros estabelecimentos congêneres, em programas comunitários ou estatais.
- (D) Se a pena substituída for superior a um ano, é facultado ao condenado cumprir a pena substitutiva em menor tempo, nunca inferior à metade da pena privativa de liberdade fixada.

6. (131.º OAB/SP) Em caso de condenação à pena privativa de liberdade de 03 (três) anos de reclusão, o condenado

- (A) tem direito, necessariamente, de iniciar o cumprimento da pena em regime semi-aberto.
- (B) tem direito, independentemente de sua idade ou condição, à suspensão condicional da pena.
- (C) não tem direito, se for condenado por crime cometido mediante violência ou grave ameaça, a que a pena privativa seja substituída por penas restritivas de direito.
- (D) não tem direito, se for reincidente em crime doloso ou culposos, à substituição da pena privativa por pena restritiva de direito.

7. (125.º OAB/SP) Em relação à pena de prestação pecuniária, é INCORRETO afirmar:

- (A) Será de importância não inferior a 1 (um) salário mínimo nem superior a 360 (trezentos e sessenta) salários mínimos.
- (B) Consiste no pagamento de dinheiro à vítima, a seus dependentes, ou a entidade pública, não se prevendo pagamento a entidade privada.
- (C) O valor pago será deduzido do montante de eventual condenação em ação de reparação civil, se coincidentes os beneficiários.
- (D) Pode ser objeto de transação na fase preliminar do procedimento sumaríssimo da Lei dos Juizados Especiais Criminais.



CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA

QUESTÕES

1. **(Delegado de Polícia/ES – 2006) Ainda em relação a normas pertinentes à parte geral do Código Penal, julgue o item seguinte.**

O ordenamento jurídico em vigor veda a conversão da pena de multa em detenção. A multa é considerada dívida, e seu valor deve ser inscrito na dívida ativa se não for paga pelo condenado solvente.

CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES

QUESTÕES

1. **(84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Aponte a alternativa que está em desacordo com disposição do Código Penal envolvendo concurso de crimes.**

- (A) No concurso formal e no crime continuado, a pena final não poderá exceder aquela que resultaria da cumulação.
- (B) É possível o reconhecimento da continuidade delitiva entre crimes consumados e tentados.
- (C) Nos casos de concurso material, a prescrição incide sobre a soma das penas cominadas ou aplicadas a cada crime.
- (D) Na condenação por roubo em concurso formal perfeito, as multas devem ser aplicadas cumulativamente.
- (E) No concurso de crimes culposos, a substituição por restritivas de direito é possível qualquer que seja o total das penas privativas de liberdade.

2. **(Juiz de Direito – TJ/PR 2006) Sobre o concurso de crimes, assinale a alternativa CORRETA**

- (A) Há concurso formal quando o agente, com mais de uma ação, pratica dois ou mais crimes; já o concurso material ocorre quando há unidade de ação e pluralidade de infrações penais.
- (B) No concurso de crimes, é desprezada a pena de multa do delito menos grave, devendo ser paga apenas a multa relacionada ao delito mais grave.
- (C) Não poderá a pena fixada em concurso formal exceder a que seria cabível em caso de concurso material.
- (D) No crime continuado, são irrelevantes as condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes.

3. **(178.º Juiz de Direito – TJ/SP) JOÃO ingressou em um Shopping Center, tarde da noite, burlando a vigilância do local. Invadiu cinco lojas de proprietários diversos, valendo-se, para tanto, de chaves falsas. De cada uma das lojas, subtraiu inúmeras peças de roupas. Após a ação, deixou o local e foi preso passada meia hora, abordado por policiais militares que estranharam o volume de pacotes que carregava. JOÃO foi denunciado e condenado por cinco furtos qualificados. Na fixação da pena, o Juiz deve considerar as condutas como praticadas**

- (A) em concurso formal.
- (B) como crime continuado.
- (C) como crime único.
- (D) em concurso material.

4. **(180.º Juiz de Direito – TJ/SP) Um suposto integrante de facção criminosa, ocupando a garupa de**



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquemático – Parte Geral
Cleber Masson

uma motocicleta, passa defronte a um Fórum da Capital e dispara contra pessoas que estão em seu interior. Duas delas são feridas gravemente; as restantes não sofrem lesão alguma. Em face de sua conduta criminosa, o agente responderá por tentativa de homicídio em concurso

- (A) formal de delitos por dolo direto.
- (B) formal por dolo indireto ou eventual.
- (C) material de delitos, por dolo direto.
- (D) material por dolo indireto ou eventual.

5. (Delegado de Polícia MG – 2007) Com relação ao concurso de crimes é CORRETO afirmar que:

- (A) Se, da aplicação da regra do concurso formal, a pena tornar-se superior à que resultaria do cúmulo material, deve-se seguir o critério do concurso material.
- (B) Na hipótese de *aberratio ictus* com unidade complexa aplica-se a regra do concurso material, pois é este sempre mais benéfico.
- (C) O Código Penal adota para o crime continuado a teoria da unidade real, pela qual, os vários delitos constituem um único crime.
- (D) No concurso material, quando ao agente tiver sido aplicada a pena privativa de liberdade, não suspensa, por um dos crimes, para os demais será cabível a substituição de que trata o art. 44 do Código Penal.

6. (Defensor Público da União – 2004) Julgue o seguinte item, relacionado a culpabilidade, concurso de crimes, ação penal e(ou) prescrição da pretensão punitiva.

É inadmissível concurso material entre o crime de estupro e o de atentado violento ao pudor, podendo ocorrer, por outro lado, crime continuado, como reconhecido pela jurisprudência do STJ.

7. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Em relação ao tema do “concurso de crimes” examine as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade; ademais, não se admite a suspensão condicional do processo no caso de continuidade delitiva quando a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento também mínimo de um sexto resultar em pena superior a um ano;
 - II – No caso de concurso formal, seja homogêneo ou heterogêneo, as penas de multa são sempre aplicadas de modo integral e distinto para cada delito;
 - III – Ainda que a denúncia descreva a multiplicidade dos eventos como perpetrados pelo agente em unicidade de conduta e desígnio, o concurso formal só pode ser reconhecido na sentença se houver expressa alusão a respeito dele (art. 70 do Código Penal) na denúncia;
 - IV – Sendo praticados vários crimes em concurso formal e em continuidade delitiva essas causas de aumento de pena são cumuláveis, de modo que, na dinâmica da fixação da pena primeiro deve incidir o aumento pelo concurso formal e, na seqüência, o acréscimo derivado da continuidade;
 - V – Na chamada progressão criminosa os múltiplos fatos típicos que se realizam de modo continuativo devem ser tratados como concurso material; já no crime progressivo pode ocorrer a hipótese de concurso formal de infrações, eis que se reconhece um só contexto fático.
- (A) Apenas as assertivas III e V são falsas;
 - (B) Todas as assertivas são verdadeiras;
 - (C) Apenas as assertivas I e V são falsas;
 - (D) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

8. (180.º Juiz de Direito – TJ/SP) Um suposto integrante de facção criminosa, ocupando a garupa de uma motocicleta, passa defronte a um Fórum da Capital e dispara contra pessoas que estão em seu interior. Duas delas são feridas gravemente; as restantes não sofrem lesão alguma. Em face de



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

sua conduta criminosa, o agente responderá por tentativa de homicídio em concurso:

- (A) formal de delitos por dolo direto;
- (B) formal por dolo indireto ou eventual;
- (C) material de delitos, por dolo direto;
- (D) material por dolo indireto ou eventual.

9. (Delegado de Polícia/SP – 2006) Em relação ao concurso de crimes, é correto afirmar que:

- (A) no caso de reconhecimento do concurso material, aplica-se a pena do crime mais grave, aumentada de um sexto até a metade.
- (B) no caso de crime continuado, as penas deverão ser somadas.
- (C) o concurso material só poderá ser reconhecido quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, praticar dois ou mais crimes idênticos.
- (D) a extinção da punibilidade decorrente da prescrição incidirá sobre a pena de cada um dos delitos, isoladamente.
- (E) no caso de reconhecimento do concurso formal, a pena poderá exceder a que seria cabível se aplicada a regra do concurso material.

10. (Juiz Federal – TRF/3.ª Região 2006) Em relação ao tema do “concurso de crimes” examine as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I – A lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade; ademais, não se admite a suspensão condicional do processo no caso de continuidade delitiva quando a soma da pena mínima da infração mais grave com o aumento também mínimo de um sexto resultar em pena superior a um ano;
 - II – No caso de concurso formal, seja homogêneo ou heterogêneo, as penas de multa são sempre aplicadas de modo integral e distinto para cada delito;
 - III – Ainda que a denúncia descreva a multiplicidade dos eventos como perpetrados pelo agente em unicidade de conduta e desígnio, o concurso formal só pode ser reconhecido na sentença se houver expressa alusão a respeito dele (art. 70 do Código Penal) na denúncia;
 - IV – Sendo praticados vários crimes em concurso formal e em continuidade delitiva essas causas de aumento de pena são cumuláveis, de modo que, na dinâmica da fixação da pena primeiro deve incidir o aumento pelo concurso formal e, na seqüência, o acréscimo derivado da continuidade;
 - V – Na chamada progressão criminosa os múltiplos fatos típicos que se realizam de modo continuativo devem ser tratados como concurso material; já no crime progressivo pode ocorrer a hipótese de concurso formal de infrações, eis que se reconhece um só contexto fático.
- (A) Apenas as assertivas III e V são falsas;
 - (B) Todas as assertivas são verdadeiras;
 - (C) Apenas as assertivas I e V são falsas;
 - (D) Apenas as assertivas II e IV são verdadeiras.

11. (22.º Procurador da República – MPF) Em tema de crime continuado, a jurisprudência atual garante que:

- I – a heterogeneidade nas execuções das infrações obsta o reconhecimento da continuidade delitiva;
- II – a reiteração na prática de infrações como atividade habitual não descaracteriza a continuidade, cujos pressupostos são objetivos e impedem que se potencialize a vida pregressa do agente;
- III – a unidade de desígnios entre as várias condutas delituosas é dispensável à configuração da continuidade;
- IV – não se reconhece a continuidade quando transcorre tempo superior a 30 dias entre o primeiro e o segundo crime.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

Examinando as opções acima, afirma-se que:

- (A) estão erradas as de números I e III;
- (B) estão erradas as de números II e III;
- (C) estão erradas as de números III e IV;
- (D) todas estão corretas.

12. (129.º OAB/SP) Dispõe o Código Penal: “Nos crimes dolosos, contra vítimas diferentes, cometidos com violência ou grave ameaça à pessoa, poderá o juiz, considerando a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias do crime, aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.” Dispõe, aí, o Código a respeito de uma espécie de

- (A) crime continuado que a doutrina denomina de específico.
- (B) concurso formal que a doutrina denomina de específico.
- (C) concurso material que a doutrina denomina de impróprio.
- (D) concurso ideal que a doutrina denomina de específico.

13. (126.º OAB/SP) Quando o agente mediante uma ação pratica dois ou mais crimes ocorre

- (A) concurso formal, sejam os crimes idênticos ou não.
- (B) concurso formal, apenas em crimes idênticos.
- (C) crime continuado, quando os crimes são da mesma espécie.
- (D) crime continuado, sejam ou não os crimes da mesma espécie.

14. (23.º Procurador da República – MPF) Na aplicação da pena privativa de liberdade, o aumento decorrente do concurso formal ou do crime continuado incide:

- (A) sobre a pena base;
- (B) sobre a pena acrescida de causa especial de aumento da pena ou de circunstância qualificadora;
- (C) sobre a pena mais grave, dentre as cominadas aos delitos cometidos, depois de aumentada de um sexto até a metade;
- (D) sobre o cúmulo das penas cominadas aos delitos perpetrados.

CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

QUESTÕES

1. (Advogado/CEF – 2006) Considerando o posicionamento doutrinário e jurisprudencial dominante, julgue o item subsequente, relativo à parte geral do Código Penal.

Somente a pena privativa de liberdade admite o *sursis*, não sendo cabível o instituto nas penas restritivas de direitos e na pena pecuniária.

2. (124.º OAB/SP) É possível suspender a execução da pena privativa de liberdade não superior a 4 anos:

- (A) quando o condenado for maior de 60 anos de idade ou menor de 21 anos de idade.
- (B) quando o condenado for maior de 70 anos de idade ou em razão de sua saúde.
- (C) quando o condenado for maior de 70 anos de idade, menor de 21 anos de idade ou em razão de



sua saúde.

(D) quando o condenado for maior de 60 anos de idade ou em razão de sua saúde.

CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA

QUESTÕES

1. **(Defensor Público da União – 2004) Nessa situação, no momento em que se iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade, ocorrerá causa interruptiva da prescrição da pretensão punitiva do Estado, reiniciando-se a contagem do prazo prescricional a partir do dia da interrupção.**

Julgue o item subsequente acerca da execução das penas e das medidas de segurança.

Considere a seguinte situação hipotética. Célio, tendo praticado crime de homicídio, teve reconhecida, durante o trâmite do processo penal, a sua semi-imputabilidade, uma vez que não possuía, na data do fato, a plena capacidade de compreender o caráter ilícito do fato e de orientar-se de acordo com esse entendimento. Condenado pelo crime, o juiz aplicou-lhe pena privativa de liberdade, substituindo a pena por medida de segurança. Nessa situação, a medida de segurança aplicada em substituição, de acordo com o Código Penal, poderá ter duração superior à pena privativa de liberdade aplicada.

2. **(180.º Juiz de Direito – TJ/SP) José, tido como inimputável no curso de um processo-crime em prova pericial, vem a agredir João, causando-lhe ferimentos de natureza grave. Apura-se, no entanto, que agiu em legítima defesa. O juiz, ante o disposto no Código Penal, art. 97, deve absolver o réu,**

- (A) sujeitando-o à internação em casa de custódia, por ser o delito apenado com reclusão;
- (B) descabendo a aplicação de qualquer medida de segurança;
- (C) e aplicar-lhe medida de segurança pelo prazo correspondente a seu grau de periculosidade;
- (D) mas aplicar-lhe medida de segurança de, no mínimo, um ano.

3. **(Delegado de Polícia – SP – 2003) Extinta a punibilidade,**

- (A) não se poderá impor medida de segurança, mas subsistirá a que tenha sido imposta;
- (B) poderá ser imposta medida de segurança superveniente;
- (C) somente permanecerá a medida de segurança, se o réu for considerado perigoso;
- (D) não se imporá medida de segurança, nem subsistirá a que eventualmente tenha sido imposta.

4. **(24.º Procurador da República – MPF) Para a aplicação da medida de segurança:**

- (A) o reconhecimento da periculosidade decorre tão só da doença mental do autor do fato;
- (B) pouco importa a presença de causas de exculpação;
- (C) a periculosidade é apenas aquela revelada através da prática, pelo agente, de um fato ilícito típico;
- (D) valem todos os pressupostos jurídico-penais exigidos para a imposição de uma pena.

5. **(132.º OAB/SP) Sentença absolutória imprópria constitui a sentença que**

- (A) absolveu um autor em detrimento de outro, equivocando-se na fundamentação.
- (B) absolveu o autor quando a medida correta seria a condenação.
- (C) absolveu com fundamento em dispositivo equivocado do CPP.
- (D) estabeleceu ao autor a imposição de uma medida de segurança.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

6. (126.º OAB/SP) Assinale a alternativa correta.
- (A) A medida de segurança é aplicável a inimputáveis e semi-imputáveis acusados da prática de infração penal e a pessoas perigosas ainda que não tenham praticado infração penal.
 - (B) A medida de segurança aplicável aos inimputáveis é sempre a de internação, nunca a de tratamento ambulatorial.
 - (C) A medida de segurança é aplicável por tempo indeterminado e tem prazo mínimo de duração.
 - (D) Na medida de segurança, a perícia para verificação de cessação de periculosidade será realizada sempre após o decurso do prazo mínimo de dois anos.
7. (180.º Juiz de Direito – TJ/SP) José, tido como inimputável no curso de um processo-crime em prova pericial, vem a agredir João, causando-lhe ferimentos de natureza grave. Apura-se, no entanto, que agiu em legítima defesa. O juiz, ante o disposto no Código Penal, art. 97, deve absolver o réu,
- (A) sujeitando-o à internação em casa de custódia, por ser o delito apenado com reclusão.
 - (B) descabendo a aplicação de qualquer medida de segurança.
 - (C) e aplicar-lhe medida de segurança pelo prazo correspondente a seu grau de periculosidade.
 - (D) mas aplicar-lhe medida de segurança de, no mínimo, um ano.

CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

QUESTÕES

1. (Juiz de Direito – TJ/TO – 2007) Quanto a anistia, graça e indulto, assinale a opção incorreta.
- (A) A anistia é concedida pelo Congresso Nacional, por intermédio de lei. Caso o agente do delito já tenha cumprido a pena e seja beneficiado com a anistia, elimina-se o registro da condenação de sua folha de antecedentes penais.
 - (B) A graça, que corresponde a indulto individualmente concedido, pode ser requerida pelo próprio condenado e, nesse caso, será posteriormente submetida a parecer do Conselho Penitenciário.
 - (C) Uma vez concedido o indulto coletivo pela autoridade competente, não pode o juiz da execução penal deixar de julgar extinta a punibilidade do beneficiado ou conceder-lhe indulto parcial.
 - (D) O indulto é concedido pelo presidente da República, por intermédio de decreto.
2. (Juiz Federal – TRF/5.ª Região – 2007) Com relação ao crime de apropriação indébita previdenciária, julgue o item a seguir.
- O pagamento integral dos débitos oriundos da falta de recolhimento de contribuição à previdência social descontada dos salários dos empregados, ainda que posteriormente à denúncia e incabível o parcelamento, extingue a punibilidade do crime de apropriação indébita previdenciária.
3. (AGU – 2006) Relativamente à extinção da punibilidade e aos crimes de imprensa e contra o sistema financeiro nacional, julgue o item a seguir.
- O perdão judicial opera a extinção da punibilidade e, de acordo com o STJ, a sentença que o concede tem natureza declaratória, não persistindo nenhum dos efeitos secundários da condenação, entre os quais a responsabilidade pelas custas e a inclusão do nome no rol dos culpados.
4. (Defensoria Pública/SE – 2006) Julgue o item seguinte, relativo aos crimes contra a vida.
- Na hipótese de homicídio culposo, o juiz pode deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária. Trata-se do instituto do perdão judicial, que constitui causa extintiva da punibilidade.
5. (XIII Juiz Federal – TRF/3.ª Região – 2006) Examine os itens abaixo e assinale a alternativa correta:
- I – De menor potencial ofensivo é, além de todas as contravenções, indistintamente o crime a que a

norma incriminadora comine pena máxima não superior a dois anos ou multa consoante o parágrafo único da Lei 10.259 de 12/7/2001 (Juizado Especial Federal). No caso de concurso de crimes, a pena a ser considerada, para fins de fixação da competência do Juizado Especial Criminal será o resultado da soma no caso de concurso material, ou a exasperação, na hipótese de concurso formal ou crime continuado, das penas máximas cominadas aos delitos, de modo que, se resultar disso um apenamento superior a 2 anos fica afastada a competência do Juizado Especial para todas as instalações, consideradas. A competência do Juizado Especial Criminal é contemporânea de sua instalação, de modo que não serão para ele remetidas as ações penais que até então tramitavam na Vara Criminal;

- II – O perdão do ofendido é ato bilateral, mas o perdão judicial independe da vontade do réu. O primeiro é possível em todas as infrações sujeitas a ação penal exclusivamente privada e se estende a todos os querelados que o aceitarem; o segundo é possível apenas quando a lei quer e se trata de benefício personalíssimo. Na medida em que o Superior Tribunal de Justiça (súmula 18) afirma que a sentença que aplica perdão judicial é declaratória de extinção de punibilidade, ela não pode ser executada no Juízo Cível para reparação de dano;
- III – A proibição legal do cumprimento de pena por mais de 30 anos (art. 75 do Código Penal) não tem nenhum efeito quanto a tomar esse *quantum* o limite da base de cálculo para fins de livramento condicional ou progressão de regime. Quanto ao livramento condicional, o reincidente específico em tráfico ilícito de entorpecentes não tem direito ao benefício; já o condenado por crime doloso praticado com violência ou grave ameaça contra pessoa só poderá merecer o benefício se houver perícia atestando ausência de periculosidade;
- IV – A progressão de regime de cumprimento de pena exige três pressupostos (desconto de 1/6 da reprimenda no regime fixado; atestado de bom comportamento carcerário; prévia manifestação ministerial e de defensor do condenado) a serem considerados pelo juiz da execução; tratando-se de questão que envolve trânsito em julgado de condenação, a progressão é estranha à situação do preso provisório, que, portanto, a ela não tem direito. É direito do condenado evoluir do regime fechado para o aberto se a passagem para o regime semi-aberto é inviável por ausência de vaga.
- (A) O item III não é inteiramente verdadeiro;
(B) Os itens I, II e IV são inteiramente verdadeiros;
(C) O item IV não é inteiramente verdadeiro;
(D) Os itens III e IV não são inteiramente verdadeiros.

6. (22.º Procurador da República – MPF) É incorreto dizer que:

- (A) existe escusa absolutória para o marido que, na constância do casamento, furta vultosa importância em dinheiro da carteira da mulher;
(B) atinge o crime complexo a extinção da punibilidade dos delitos que aparecem como elementos constitutivos em sua definição;
(C) a *abolitio criminis*, a decadência e a preempção são causas de extinção da punibilidade e se comunicam aos co-autores e aos partícipes;
(D) não se acomodou a jurisprudência sobre a natureza da sentença concessiva do perdão judicial, embora o Supremo Tribunal Federal tenha anunciado que dela decorrem efeitos secundários.

7. (Procurador do Estado/SP – 2005) Nos crimes contra os costumes, definidos nos Capítulos I, II e III do Título VI do Código Penal, o casamento do autor do crime com a ofendida:

- (A) implica renúncia tácita ao direito de queixa.
(B) é causa de extinção da punibilidade com fulcro no art. 107, VII do CP.
(C) acarreta desclassificação da conduta para a contravenção de importunação ofensiva ao pudor.
(D) constitui requisito da suspensão condicional da pena.
(E) configura arrependimento eficaz.

8. (134.º OAB/SP) No que diz respeito ao indulto, assinale a opção correta.

- (A) O indulto somente pode ser concedido por lei elaborada pelo Congresso Nacional.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (B) Trata-se de atribuição do presidente da República, exercida por meio de expedição de decreto.
- (C) Não se admite indulto parcial.
- (D) Se o sentenciado for beneficiado por indulto coletivo, este benefício não pode ser reconhecido, de ofício, pelo juízo das execuções penais competente.

9. (133.º OAB/SP) Assinale a alternativa incorreta. Há extinção de punibilidade

- (A) pela representação da vítima em crime de ação penal privada, após um ano da ocorrência dos fatos.
- (B) pelo esquecimento do pedido de condenação, nas alegações finais, em processo de ação penal privada.
- (C) pelo casamento do agente com a vítima no crime de atentado ao pudor mediante fraude.
- (D) pela morte do agente e pela *abolitio criminis*.

10. (128.º OAB/SP) Hipótese que não é de extinção de punibilidade prevista no art. 107 do Código Penal:

- (A) morte do agente e anistia.
- (B) prescrição e perempção.
- (C) decadência e perdão judicial.
- (D) graça e retratação da requisição ao Ministro da Justiça.

11. (124.º OAB/SP) Em relação à anistia, é correto afirmar que

- (A) ela pode ocorrer antes ou depois da sentença.
- (B) ela se destina a pessoas e não a fatos.
- (C) ela não se aplica a crimes políticos.
- (D) ela é sempre geral, não podendo ser restrita.

CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO

QUESTÕES

1. (84.º Promotor de Justiça – MP/SP) Considere os seguintes enunciados, relacionados com prescrição:

- I – O art. 89, § 6.º, da Lei 9.099/95, estabelece causa interruptiva de prescrição ao dispor que “não correrá a prescrição” durante o prazo da suspensão condicional do processo.
- II – Reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, não prevalece nenhum efeito da sentença condenatória eventualmente existente.
- III – Reconhecido crime continuado na sentença condenatória, não se computa o acréscimo da pena decorrente da continuação no cálculo da prescrição retroativa ou intercorrente.

Estão corretos

- (A) todos os três.
- (B) nenhum dos três.
- (C) apenas I e II.
- (D) apenas I e III.
- (E) apenas II e III.

2. (Juiz de Direito – TJ/RS 2003) É incorreto afirmar que o prazo da prescrição da pretensão punitiva não corre enquanto:

- (A) não resolvida, noutra processo, a questão de que dependa o reconhecimento do crime.

- (B) o Poder Legislativo não deliberar sobre pedido de licença para processar criminalmente o acusado parlamentar.
- (C) o acusado, citado por edital, não comparece a juízo nem constitui defensor.
- (D) o acusado cumpre pena no estrangeiro.
- (E) suspenso o processo, na hipótese de infração penal a que a lei comine pena mínima igual ou inferior a 1 (um) ano.
- 3. (Juiz de Direito – TJ/MG 2003) José Julião, que, na data do fato (1º.06.1998), estava com a idade de 19 anos, esfaqueou, numa briga, três pessoas. No dia trinta de agosto daquele ano, contra ele foi recebida denúncia pelo crime previsto no art. 129, caput, do Código Penal, cuja pena é de detenção de três meses a um ano, em continuidade delitiva (art. 71 do Código Penal). No dia 4 de setembro de 2000, o Juiz de primeiro grau condenou o réu, nos termos da denúncia, fixando pena idêntica para cada um dos crimes, ou seja, de dez meses de detenção, mas aplicando-lhe tão somente uma delas, com o aumento da metade, em face da continuidade delitiva, concretizando-a em um ano e três meses de detenção. Da sentença apenas a defesa recorreu. Em 10 de dezembro de 2000, o Tribunal julgou o recurso. Em relação à prescrição é CORRETO afirmar que:**
- (A) O Juiz de primeiro grau deveria ter, por ocasião da prolação da sentença, declarado a prescrição retroativa de pretensão punitiva;
- (B) Na data do julgamento do recurso, o Tribunal deveria declarar a ocorrência da prescrição retroativa da pretensão punitiva extinguindo, assim, todos os efeitos da sentença condenatória;
- (C) O Tribunal deveria ter reconhecido a prescrição superveniente da pretensão punitiva, com base na pena aplicada;
- (D) A prescrição que deveria ter sido reconhecida pelo Tribunal seria a da pretensão executória, impossibilitando apenas o cumprimento da pena, mas permanecendo todos os efeitos secundários da sentença condenatória;
- (E) O MM. Juiz prolator da v. sentença não poderia ter condenado o réu, porque deveria ter reconhecido a extinção da punibilidade, pela prescrição da pretensão punitiva, com base na pena “in abstracto” cominada ao crime.
- 4. (Juiz de Direito – TJ/MG 2006) Quanto à prescrição, é INCORRETO afirmar que:**
- (A) o prazo da prescrição da pretensão punitiva será aumentado de um terço se o condenado for reincidente;
- (B) são reduzidos de metade os prazos de prescrição quando o criminoso era, ao tempo do crime, menor de 21 anos, ou, na data da sentença, maior de 70 (setenta) anos;
- (C) o prazo da prescrição começa a correr do dia em que o crime se consumou e, no caso de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa;
- (D) a prescrição interrompe-se pelo recebimento da denúncia, pela reincidência ou pela pronúncia.
- 5. (XII Juiz Federal – TRF/4.ª Região 2005) Dadas as assertivas abaixo, assinalar a alternativa correta.**
- I – A prescrição em crimes tratados como em continuação delitiva é examinada fato a fato, isoladamente.
- II – O acréscimo decorrente da continuidade delitiva não interfere no cômputo do prazo prescricional.
- III – É cabível o reconhecimento da prescrição retroativa sempre que, transitando em julgado a sentença para a defesa, estiver pendente apelo da acusação.
- IV – Em tema de prescrição, a unidade do concurso formal de delitos fica desconstituída, incidindo a extinção da punibilidade em cada um dos crimes isoladamente.
- (A) Estão corretas apenas as assertivas I e III.
- (B) Estão corretas apenas as assertivas I, II e IV.
- (C) Estão corretas apenas as assertivas II, III e IV.
- (D) Todas as assertivas estão corretas.
- 6. (178.ª Juiz de Direito – TJ/SP) Assinale a alternativa falsa acerca do tema prescrição.**
- (A) No cálculo da prescrição retroativa, que atinge a pretensão punitiva do Estado e considera a pena

aplicada concretamente na sentença, deve ser observado o lapso temporal entre a data do fato e a data do recebimento da denúncia ou entre esta última e a data da sentença condenatória, não havendo recurso da acusação.

- (B) Havendo recurso da acusação, interposto para agravar a pena privativa de liberdade, e sendo ele improvido, é possível decretar a prescrição intercorrente, regulada pela pena aplicada em concreto.
- (C) No caso de concurso de crimes, a prescrição da pretensão punitiva regula-se pela pena imposta a cada um, isoladamente, desconsiderados os acréscimos do concurso formal e da continuidade.
- (D) No cálculo da prescrição da pretensão executória, no caso de evasão de condenado, deve ser considerado o tempo integral da pena privativa de liberdade aplicada.

7. (179.º Juiz de Direito – TJ/SP) Assinale a alternativa incorreta.

- (A) No caso de evasão do condenado, a prescrição é regulada pelo tempo restante da pena.
- (B) A pena de multa cumulativamente aplicada prescreve no mesmo prazo da pena privativa de liberdade.
- (C) Depois do trânsito em julgado da condenação, a prescrição não corre enquanto estiver o condenado preso por outro motivo.
- (D) Nos crimes de falsificação de assentamento de registro civil, a prescrição corre a partir da data da realização do registro falso.

8. (180.º Juiz de Direito – TJ/SP) Assinale a alternativa correta.

- (A) A prescrição virtual, também dita prescrição em perspectiva, está prevista no Código Penal.
- (B) Os prazos prescricionais, configurados antes de a sentença transitar em julgado, devem ser exasperados diante da reincidência do agente.
- (C) A detração penal é computada na contagem do prazo prescricional.
- (D) Há delitos imprescritíveis em nosso ordenamento jurídico.

9. (Juiz Federal – TRF/5.ª Região 2007) Julgue os seguintes itens, acerca de prescrição.

- 9.1 A prescrição da pena de multa ocorre em dois anos, quando a multa for a única pena aplicada, ou no mesmo prazo estabelecido para a prescrição da pena privativa de liberdade, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- 9.2 O prazo para efeitos de cálculo de prescrição das penas restritivas de direito é metade daquele previsto para pena privativa de liberdade.

10. (Delegado de Polícia/MG – 2007) É correto afirmar sobre a prescrição no direito penal, EXCETO:

- (A) A publicação da sentença de pronuncia, o tempo em que o agente cumpre pena no estrangeiro e o prazo de suspensão condicional do processo são causas suspensivas ou impeditivas da prescrição.
- (B) A prescrição superveniente ou intercorrente ocorre após o trânsito em julgado para a acusação ou após o improvimento de seu recurso, regulando-se pela pena aplicada.
- (C) É termo inicial da prescrição da pretensão executória a data do trânsito em julgado da sentença condenatória para a acusação.
- (D) Nos crimes conexos, que sejam objetos do mesmo processo, a interrupção relativa a qualquer deles estende-se aos demais.

11. (Juiz Militar – TJM/SP 2007) Fato ocorrido em 05 de abril de 2004. O recebimento da denúncia ocorreu em 28 de julho de 2004, ano bissexto, verificando-se a publicação da sentença aos 27 de julho de 2006, com julgamento realizado em 24 de julho de 2006, imposta pena de sete meses e seis dias de detenção. Apenas a defesa apelou, em 11 de agosto de 2006. Como será considerada a prescrição da pretensão punitiva, se o Tribunal decide improver o recurso em 24 de julho de 2007?

- (A) A prescrição da pretensão punitiva foi alcançada.
- (B) A prescrição da pretensão punitiva não foi alcançada.



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

- (C) A prescrição será a da pretensão executória.
- (D) Haverá prescrição retroativa.
- (E) Haverá a prescrição intercorrente.

12. (23.º Procurador da República – MPF 2006) Em 19 de março de 2002, JJ foi condenado a pena de 01 (um) ano de detenção, pela prática do crime previsto no código penal, art. 207, em sua modalidade básica (*aliciamento de trabalhadores de um local para o outro do território nacional*). A pena restou substituída, na sentença, pela prestação de serviços a entidade pública de natureza assistencial. Inconformados, apelaram (I) o Ministério Público, com o fito de majorar a sanção, e (II) o réu JJ, com o objetivo de afastar a condenação, pois, ao seu ver, não ficará satisfatoriamente provada a autoria. Assinale a alternativa correta, considerando que o Tribunal, em 06/04/2006, depois de conhecer e prover a apelação do Ministério Público, elevou a pena para 01 (um) ano e 06 (seis) meses de detenção, mantendo, entretanto, a substituição concedida:

- (A) o transcurso de 04 (quatro) anos, contados da condenação em Primeiro Grau, não enseja a prescrição superveniente ou subsequente, pois, em casos assim, é necessário o provimento da apelação do Ministério Público;
- (B) em virtude do provimento da apelação do Ministério Público, só poderá haver prescrição subsequente ou superveniente à sentença condenatória, se penderem de julgamento recurso especial e extraordinário, interpostos conjuntamente pelo réu;
- (C) o provimento da apelação do Ministério Público obsta, de modo terminante, o reconhecimento da prescrição superveniente ou subsequente, ainda que a pena, depois de aumentada, não suba a 02 (dois) anos;
- (D) o aumento da pena, decorrente do provimento da apelação do Ministério Público, deu-se em quantidade insuficiente para alterar o prazo previsto no Código Penal, art. 109, V, não obstante, assim, a decretação da prescrição superveniente ou subsequente à sentença condenatória, com todas as consequências daí decorrentes, inclusive a de prejudicar o recurso concomitante do réu, em ordem a impedir a sua apreciação.

13. (23.º Procurador da República – MPF 2006) Diante da atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- (A) é possível o reconhecimento da prescrição antecipada pela pena em perspectiva, ainda que, à oportunidade da condenação, a sanção efetivamente aplicada pode ser maior do que se conjecturava;
- (B) é possível a declaração da extinção da punibilidade do fato objeto da denúncia pela prescrição da pretensão punitiva, quando considerada a pena máxima abstratamente cominada, transcorrer o prazo assinado em lei, no interregno compreendido entre o dia em que o crime se consumou e o recebimento da denúncia, ainda que inexistente sentença condenatória, ou que esta não tenha transitado em julgado para acusação;
- (C) o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva exige sentença transitada em julgado para a acusação, não podendo, em qualquer caso, ser pronunciada antes de verificada essa condição;
- (D) a prescrição da pretensão punitiva, como medida despenalizadora, só pode ser declarada em favor dos acusados que contem com mais de 70 (setenta) anos, à data da sentença.

14. (180.º Juiz de Direito – TJ/SP) Assinale a alternativa correta:

- (A) A prescrição virtual, também dita prescrição em perspectiva, está prevista no Código Penal.
- (B) Os prazos prescricionais, configurados antes de a sentença transitar em julgado, devem ser exasperados diante da reincidência do agente;
- (C) A detração penal é computada na contagem do prazo prescricional;
- (D) Há delitos imprescritíveis em nosso ordenamento jurídico.

- 15. (Juiz Federal – TRF/3.^a Região – 2003) Em tema de prescrição assinale a alternativa incorreta:**
- (A) entende-se majoritariamente que em se tratando de continuidade delitiva o acréscimo decorrente da continuação não deve ser computado para fins de se apurar o lapso prescricional;
 - (B) em matéria de crime doloso contra a vida a prescrição da pretensão punitiva sujeita-se a dois marcos interruptivos: a pronúncia e a decisão do Tribunal que a confirma;
 - (C) o termo inicial da prescrição da pretensão executória coincide com a data da sentença condenatória que tenha transitado em julgado para a acusação;
 - (D) a fuga do condenado suspende o curso da prescrição da pretensão executória do tempo restante da pena privativa de liberdade e impede a detração, no prazo prescricional, do período de prisão cautelar.
- 16. (Juiz Federal – TRF/3.^a Região 2003) Nos crimes contra a honra praticados na imprensa a extinção da punibilidade, em abstrato, pela ocorrência da prescrição dar-se-á:**
- (A) considerada a pena máxima prevista para o tipo legal no Código Penal;
 - (B) qualquer que seja o tipo legal no prazo de 2 (dois) anos;
 - (C) considerada a pena máxima prevista para o tipo legal da legislação especial;
 - (D) qualquer que seja o tipo legal no prazo de 3 (três) anos.
- 17. (Juiz Federal – TRF/3.^a Região 2004) Em maio de 1999, foram apreendidas mercadorias objeto de descaminho, num imóvel aparentemente abandonado. Após investigação, identificou-se o possível responsável. O recebimento da denúncia deu-se em julho de 2003. Em março de 2004, foi publicada sentença que condenou o acusado, primário e de bons antecedentes, a um ano de reclusão, com substituição por pena restritiva de direitos. O processo transitou em julgado para a acusação. Na apelação da defesa, o Tribunal:**
- (A) Não deverá acolher a alegação de perda da pretensão punitiva, uma vez que a pena máxima cominada ao delito é de quatro anos de reclusão, prescrevendo em oito anos;
 - (B) Deverá acolher a alegação de prescrição da pretensão executória, uma vez que já foi prolatada sentença condenatória;
 - (C) Não deverá acolher a alegação de prescrição da pretensão punitiva, uma vez que entre o recebimento da denúncia e a publicação da sentença condenatória sequer transcorreu um ano;
 - (D) Deverá acolher a alegação de prescrição retroativa, que terá, como um dos marcos para contagem do prazo, o recebimento da denúncia.
- 18. (133.^o OAB/SP) João, em 20 de maio de 2000, culposamente atirou em sua mulher que veio a falecer em 23 de maio de 2000. Em 23 de maio de 2004, o juiz recebeu a denúncia contra João. A sentença transitada em julgado condenou João à pena privativa de liberdade de 2 anos de detenção. Levando-se em conta que a pena privativa de liberdade de 2 anos prescreve em 4 anos e que o termo inicial do prazo prescricional se inicia no dia em que o crime se consumou, assinale a alternativa correta.**
- (A) O fato se deu em 20 de maio de 2000. Entre o fato e o recebimento da denúncia (23 de maio de 2004), passaram-se mais de quatro anos. Assim, temos a prescrição da pretensão punitiva *in abstracto*.
 - (B) O fato se deu em 20 de maio de 2000. Entre o fato e o recebimento da denúncia (23 de maio de 2004), passaram-se mais de quatro anos. Assim, temos a prescrição da pretensão punitiva retroativa.
 - (C) O fato se deu em 23 de maio de 2000. Entre o fato e o recebimento da denúncia (23 de maio de 2004), passaram-se mais de quatro anos. Assim, temos a prescrição da pretensão punitiva *in abstracto*.
 - (D) O fato se deu em 23 de maio de 2000. Entre o fato e o recebimento da denúncia (23 de maio de 2004), passaram-se mais de quatro anos. Assim, temos a prescrição da pretensão punitiva



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

retroativa.

19. (133.º OAB/SP) “A” desferiu o primeiro tiro em “B” em 30 de março de 2000. Em 31 de março de 2000, “A” desferiu o segundo e terceiro tiros em “B”. “B” falece em 23 de abril de 2000. “A” foi condenado por homicídio doloso. Para fins de prescrição, qual o início da contagem do prazo prescricional anterior ao trânsito em julgado da sentença final?

- (A) No dia 30 de março de 2000.
- (B) No dia 31 de março de 2000.
- (C) No dia 23 de abril de 2000.
- (D) Pelo princípio da ubiqüidade, dia 30 de março ou 31 de março de 2000.

20. (130.º OAB/SP) A respeito da prescrição, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A pena de multa cumulada com pena privativa de liberdade prescreverá em 2 anos, não se levando em conta o tempo de prescrição da pena privativa de liberdade.
- (B) Se o criminoso era, na data da sentença, maior de setenta anos, os prazos prescricionais devem ser reduzidos de metade.
- (C) Quando se tratar de crime continuado, a prescrição regula-se pela pena imposta na sentença, não se computando o acréscimo decorrente da continuação.
- (D) A decisão confirmatória da pronúncia constitui causa interruptiva da prescrição.

21. (126.º OAB/SP) A prescrição é interrompida

- (A) pelo recebimento da queixa e pela decisão de impronúncia.
- (B) pela denúncia e pelo acórdão confirmatório de sentença condenatória.
- (C) pelo recebimento da denúncia e pela decisão confirmatória de pronúncia.
- (D) pela queixa e pela sentença absolutória recorrível.

22. (125.º OAB/SP) A prescrição, denominada intercorrente pela doutrina, é a que ocorre

- (A) no período posterior à sentença condenatória recorrível até o trânsito em julgado da sentença.
- (B) em período anterior ao recebimento da denúncia ou queixa.
- (C) no período entre o recebimento da denúncia ou queixa e a sentença condenatória recorrível.
- (D) nos diversos períodos que vão desde a consumação do fato até o trânsito em julgado da sentença.

23. (124.º OAB/SP) Aponte, dentre as alternativas apresentadas, qual não configura causa de interrupção da prescrição da pretensão punitiva.

- (A) Decisão confirmatória de pronúncia.
- (B) Decisão de pronúncia.
- (C) Oferecimento da denúncia ou queixa.
- (D) Sentença condenatória recorrível.



GABARITO

CAPÍTULO 2 – PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

1 – C	4 – C
2 – A	5 – A
3 – E	6 – B

CAPÍTULO 7 – LEI PENAL

1 – C	16 – B
2 – B	17 – CERTO
3 – A	18 – ERRADO
4 – C	19 – D
5 – CERTO	20 – A
6 – CERTO	21 – C
7 – B	22 – C
8 – D	23 – C
9 – C	24 – A
10 – B	25 – B
11 – E	26 – D
12 – A	27 – B
13 – C	28 – B
14 – ERRADO	29 – C
15 – ERRADO	

CAPÍTULO 8 – TEORIA GERAL DO CRIME

1 – D

CAPÍTULO 9 – CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES

1 – C	7 – D
2 – D	8 – D
3 – A	9 – A



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

4 – D	10 – C
5 – C	11 – D
6 – C	

CAPÍTULO 10 – FATO TÍPICO

1 – E	10 – A
2 – CERTA	11 – ERRADA
3 – ERRADA	12 – ERRADA
4 – CERTA	13 – ERRADA
5 – D	14 – B
6 – B	15 – B
7 – D	16 – C
8 – E	17 – A
9 – A	

CAPÍTULO 11 – TEORIA DO TIPO

1 – A

CAPÍTULO 15 – ERRO DE TIPO

1 – B	7 – B
2 – A	8 – A
3 – ERRADO	9 – C
4 – CERTO	10 – A
5 – D	11 – D
6 – B	

CAPÍTULO 17 – TENTATIVA

1 – B	7 – A
2 – C	8 – B
3 – B	9 – C
4 – A	10 – E



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

5 – C	11 – B
6 – C	

CAPÍTULO 18 – DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA E ARREPENDIMENTO EFICAZ

1 – B	2 – D
-------	-------

CAPÍTULO 23 – LEGÍTIMA DEFESA

1 – D	2 – A
-------	-------

CAPÍTULO 27 – CULPABILIDADE

1 – ERRADO	3 – D
2 – C	4 – C

CAPÍTULO 28 – IMPUTABILIDADE PENAL

1 – D	3 – C
2 – B	

CAPÍTULO 31 – CONCURSO DE PESSOAS

1 – E	7 – CERTO
2 – B	8 – CERTO
3 – A	9 – C
4 – C	10 – C
5 – ERRADO	11 – D
6 – ERRADO	12 – C



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

CAPÍTULO 33 – PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

1 – C	4 – B
2 – B	5 – B
3 – B	

CAPÍTULO 34 – DA APLICAÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

1 – E	12 – C
2 – E	13 – CERTO
3 – D	14 – C
4 – B	15 – C
5 – D	16 – D
6 – A	17 – A
7 – D	18 – B
8 – A	19 – E
9 – C	20 – C
10 – B	21 – A
11 – D	

CAPÍTULO 35 – PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

1 – C	5 – B
2 – C	6 – C
3 – C	7 – B
4 – C	

CAPÍTULO 36 – PENA DE MULTA

1 – CERTO

CAPÍTULO 37 – CONCURSO DE CRIMES



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

1 – C	8 – B
2 – C	9 – D
3 – B	10 – A
4 – B	11 – B
5 – A	12 – A
6 – ERRADO	13 – A
7 – A	14 – B

CAPÍTULO 39 – SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA

1 – CERTO	2 – B
-----------	-------

CAPÍTULO 43 – MEDIDAS DE SEGURANÇA

1 – CERTO	5 – D
2 – B	6 – C
3 – D	7 – B
4 – D	

CAPÍTULO 45 – EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

1 – C	7 – A
2 – CERTO	8 – B
3 – CERTO	9 – C
4 – CERTO	10 – D
5 – C	11 – A
6 – B	

CAPÍTULO 46 – PRESCRIÇÃO

1 – E	12 – D
2 – B	13 – B
3 – E	14 – D
4 – A	15 – D
5 – B	16 – B
6 – D	17 – D



CADERNO DE QUESTÕES
Direito Penal Esquematizado – Parte Geral
Cleber Masson

7 – D	18 – D
8 – D	19 – C
9.1 – CERTO	20 – A
9.2 – ERRADO	21 – C
10 – A	22 – A
11 – B	23 – C